

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVII - N.º 22 / 2016

15 de novembro de 2016



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 15 de novembro de 2016

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

Página

CÂMARA MUNICIPAL

21.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 2 de novembro de 2016

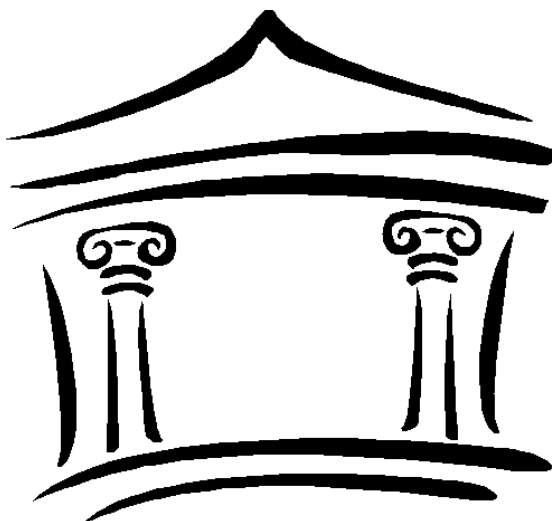
Voto de Congratulação - Jorge Moreira da Silva	7
Atas da Câmara Municipal de Odivelas	7
Regimento da Câmara Municipal de Odivelas - Alteração	8
Protocolo de Parceria e Cedência de Documentos, entre o Município de Odivelas e o Arquivo Histórico Militar	8
Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego - CITE	9
Atribuição dos Prémios de Mérito “Rainha Santa Isabel”,	11
Programa Municipal de Apoio às Visitas de Estudo - Aditamento	12
Aquisição de veículos, por ocupação, tendo como destino final a alienação por desmantelamento qualificado	12
Isenção do pagamento da renovação da inscrição e respetivas taxas mensais, referentes à utilização da Piscina Municipal de Odivelas, até ao final da época desportiva de 2016/2017	13
Retirada de ponto da ordem de trabalhos da presente reunião da Câmara Municipal de Odivelas	14
Protocolo a celebrar entre o Município de Odivelas e a Junta de Freguesia de Odivelas - fornecimento de material de rega para a instalação de um sistema de rega automático nos espaços verdes envolventes à Rua Dr. João Santos, na Arroja	14
Venda de sweatshirt do Programa Clube do Movimento - Desporto sénior	15
Reforço de cabimento para a atribuição de comparticipações financeiras aos clubes/coletividades desportivas do Concelho de Odivelas - Programa Municipal de Apoio de Odivelas (PAMO)	15
Aceitação de doação em espécie da Valorsul - Programa EcoValor	15
Aceitação de tinta para pintura do interior do túnel de acesso ao Bairro da Codivel, em Odivelas - projeto de Arte Urbana	15
Alteração ao alvará de loteamento n.º 8/2002, para o Lote 110, do Bairro Novo das Queimadas, na União de Freguesias de Pontinha e Famões	16
Alteração ao alvará de loteamento n.º 2/99, para os Lotes 36 e 38, do Bairro das Fontainhas, na União de Freguesias de Pontinha e Famões	16
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 539, da Rua José Rodrigues Miguéis, do Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	16
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 215, da Rua Sol Nascente, do Bairro Sol Nascente, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	16
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 22, da Rua dos Carrascais, do Bairro dos Carrascais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	16



	Página
UNIDADES ORGÂNICAS	
AVISOS	17
DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA	21
NOTA RETIFICATIVA	22
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	23
16.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 3 de novembro de 2016	
Voto de Pesar - “Pelo Falecimento de Jaime Octávio Pires Fernandes”	25
Voto de Pesar - “Pelo Falecimento de João Lobo Antunes”	26
Voto de Pesar - “Pelo Falecimento do GNR - Carlos Caetano”	27
Voto de Pesar - “João Lobo Antunes”	27
Voto de Congratulação - “Atribuição do Prémio Sakhrov a Nadia Murad e Lamiya Aji Bashar”	28
Voto de Congratulação - “Município de Odivelas, Distinguido com o “Prémio Viver em Igualdade” como exemplo de Boas Práticas de Promoção da Cidadania e Igualdade de Género”	28
Voto de Congratulação - “Bob Dylan Prémio Nobel da Literatura”	29
Moção - “Pela Reposição do Serviço da Eli de Odivelas”	29
Moção - “Pelo Prolongamento da Carreira 206 até ao Centro da Cidade de Odivelas”	30
Moção - “Saudação às e aos Trabalhadores da Valorsul”	31
Voto de Repúdio - “Celebração do CETA entre a União Europeia e o Canada”	31
Recomendação - “Poluição de Linha de Água, a partir da Quinta da Fonte Santa, em Caneças”	32
Medalha de Honra do Município de Odivelas - 2016	32
Relatório de Acompanhamento e Avaliação da Operação de Reabilitação Urbana - 2015	33
Retirada da ordem de trabalhos da presente sessão do ponto referente à “Proposta de Esquema Diretor e Redelimitação da UOPG-10-Vila de Caneças”	34
Auditoria externa na Câmara Municipal de Odivelas - Adjudicação	34
Aumento do valor pago pela Câmara Municipal de Odivelas às entidades que cedem instalações - Programa Clube do Movimento - Desporto Sénior	34
Alteração aos Estatutos da Associação de Municípios de Estudos e Gestão de Água (AMEGA)	34
Atas da Assembleia Municipal de Odivelas	35
17.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 10 de novembro de 2016	
Proposta de fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis	36
Participação do Município de Odivelas no IRS	36
Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2017	36
Lançamento da Derrama	36
Prestação de Contas a 30-06-2016 - Relatório de Gestão e Balanço de Contas (Proposta 365/2016) dos SIMAR de Loures e Odivelas	37
Tarifário dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos e de Serviços Prestados, para vigorar em 2017	37
Transferências Financeiras para o Centro de Cultura e Desporto do Município de Loures	37
Esquema Diretor e Redelimitação da UOPG-10-Vila de Caneças	37
ANEXO	41
Regimento da Câmara Municipal de Odivelas - Alteração	



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

21.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 2 de novembro de 2016

DELIBERAÇÕES

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

“JORGE MOREIRA DA SILVA

**Diretor Geral de Desenvolvimento e Cooperação da
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
Económico (OCDE)”**

“Foi com enorme orgulho que tomámos conhecimento da nomeação de Jorge Moreira da Silva para o cargo de diretor geral de Desenvolvimento e Cooperação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva, nasceu em Vila Nova de Famalicão a 24 de abril de 1971, é licenciado em engenharia eletrotécnica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e tem uma pós-graduação em direção de empresas.

Foi Deputado, Eurodeputado, Secretário de Estado dos governos PSD/CDS-PP de Durão Barroso e Pedro Santana Lopes, conselheiro do Presidente da República, Cavaco Silva, do Banco Europeu de Investimento e da Comissão Europeia para o ambiente e a energia, diretor da área de economia, de energia e alterações climáticas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, do Governo de Pedro Passos Coelho.

Em outubro de 2011 criou uma associação cívica, "Plataforma para o Crescimento Sustentável", que elaborou em dezembro de 2012 um documento intitulado "Relatório para o Crescimento Sustentável - Uma visão pós-'troika'". Na qualidade de presidente dessa associação, propôs, entre outras recomendações, um agravamento dos impostos ambientais que permitisse reduzir o IRS e o IRC, num quadro de neutralidade fiscal.

Entre 2009 e 2012, foi conselheiro e, posteriormente, diretor da área de economia da energia e das alterações climáticas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em Nova Iorque.

Foi distinguido, em 2006, com a Comenda de Mérito Civil atribuída pelo Rei de Espanha, e, em 2009, com a insígnia de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, atribuída pelo Presidente da República Portuguesa.

Na sequência da candidatura a título individual a que se submeteu, graças ao seu vasto currículo académico e profissional, conseguiu por mérito próprio, ser escolhido para o cargo de diretor geral de Desenvolvimento e Cooperação da OCDE. A candidatura contou com o apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e envolveu 200 candidatos. O cargo de diretor-geral de Desenvolvimento e Cooperação é o nível de direção mais elevado da OCDE e reporta diretamente ao secretário-geral da organização. Pelo exposto, a distinção obtida é motivo de orgulho para Portugal.

Reunida em 2 de Novembro de 2016, a Câmara Municipal de Odivelas saúda Jorge Moreira da Silva e congratula-se com sua eleição para o cargo de diretor geral de Desenvolvimento e Cooperação da OCDE, convicta de que as suas funções serão desempenhadas com elevada competência e constituirão um decisivo contributo na criação e implementação, a nível internacional, de políticas de desenvolvimento e cooperação, proteção ambiental e combate à pobreza.”

(Apresentado pelo PSD e aprovado, por unanimidade)

Odivelas, 02 de Novembro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por unanimidade)

ATAS

ATA DA 11.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 11.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 5 de junho de 2013.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 5 de junho de 2013)



**ATA DA 12.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013
DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Ata da 12.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 19 de junho de 2013.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 19 de junho de 2013)

**ATA DA 11.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016
DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Ata da 11.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 1 de junho de 2016.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 1 de junho de 2016)

**REGIMENTO
DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

ALTERAÇÃO

Alteração ao *Regimento da Câmara Municipal de Odivelas*, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/10631 de 2016-10-27, com a inclusão de um novo número 7 ao artigo 1º, (Reuniões), com a seguinte redação:

“7. São igualmente públicas as reuniões, independentemente de serem ordinárias ou extraordinárias, em que se incluam na Ordem de Trabalhos a aprovação dos Documentos Previsionais, assim como a aprovação dos Documentos de Prestação de Contas.”

[*Regimento da Câmara Municipal de Odivelas*, publicado em anexo]

(Aprovado por unanimidade)

PROTOCOLOS

**CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE
O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E O ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR**

Protocolo de Parceria e Cedência de Documentos, entre o Município de Odivelas e o Arquivo Histórico Militar, para a realização da Exposição “A Grande Guerra-Testemunhos de Odivelas”, de acordo com o proposto na

Informação n.º Interno/2016/10392, de 2016.10.20, com a seguinte alteração: Na página 1 da Informação referida onde se lê: “que ficará patente no Centro de Exposições de Odivelas de 26 de janeiro a 9 de abril de 2017” deverá ler-se “que ficará patente no Centro de Exposições de Odivelas de 26 de janeiro a 25 de abril de 2017”. Conforme minuta de protocolo anexa à informação referida com a seguinte alteração: No Protocolo, página 3, Cláusula 5.ª, onde se lê: “de 26 de janeiro a 09 de abril de 2016” deverá ler-se “de 26 de janeiro a 25 de abril de 2017”.

**“PROTOCOLO DE PARCERIA E CEDÊNCIA
TEMPORÁRIA DE DOCUMENTOS PARA EXPOSIÇÃO**

CONSIDERANDO QUE:

a. O Município de Odivelas está a desenvolver uma exposição documental intitulada “A Grande Guerra – testemunhos de Odivelas” a ter lugar no Centro de Exposições de Odivelas, de 26 de janeiro a 25 de abril de 2017;

b. A motivação para a criação da Escola Agrícola da Paia – D. Dinis constitui o pretexto para uma mostra evocativa da Primeira Guerra e do papel da Escola no projeto português de solidariedade para com os combatentes;

c. O Arquivo Histórico Militar possui o conhecimento e a documentação relativa à Grande Guerra e aos combatentes, nomeadamente os Boletins Individuais de Militares do Corpo Expedicionário Português (CEP);

d. As Partes pretendem estabelecer os termos e condições que regularão a parceria de colaboração.

Entre:

O Município de Odivelas, adiante abreviadamente designado por MO, representado pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, na qualidade de entidade interessada na exposição da documentação objeto de cedência por este Protocolo

e

Arquivo Histórico Militar, adiante abreviadamente designado por AHM, representado pelo seu Diretor, Exmo. Sr. Coronel de Infantaria na Reserva Américo Fernando Carreira Martins e pelo seu Subdiretor Exmo. Sr. Capitão Joaquim José da Cunha Roberto, na qualidade de entidade proprietária da documentação cuja a cedência é objeto deste Protocolo.

É celebrado o presente Protocolo de Parceria para Cedência Temporária de Documentos e de colaboração que se rege pelas seguintes cláusulas:



Cláusula 1ª
(Objeto)

A presente parceria tem por objeto estabelecer os termos e condições em que as Partes se comprometem a cooperar no processo de disponibilização dos documentos, nomeadamente dos Boletins Individuais de Militares do Corpo Expedicionário Português pertencentes ao acervo do AHM.

Cláusula 2ª
(Intercâmbio de informação)

As Partes trocarão entre si a informação pertinente relativa ao processo referido na Cláusula 1ª.

Cláusula 3ª
(Dever de colaboração)

O presente Protocolo de Parceria estabelece uma intenção de colaboração entre as Partes, comprometendo-se cada uma delas a desenvolver esforços razoáveis para o seu cumprimento, não criando esta parceria um contrato ou acordo vinculativo, um contrato-promessa, ou outros deveres específicos para além dos expressamente previstos na presente Parceria, nem qualquer outro acordo vinculativo de natureza similar.

Cláusula 4ª
(Condições de Execução das Atividades)

1. O AHM disponibilizará a documentação relativa à Grande Guerra, nomeadamente fotografias e os Boletins de Militares do Corpo Expedicionário Português referentes aos militares naturais do concelho de Odivelas, pertencentes ao seu acervo e permite a sua exposição, sem cobrar qualquer valor por essa cedência.

2. Como contrapartida dessa cedência por parte do AHM, o MO compromete-se:

2.1. A realizar, com recursos humanos e materiais próprios, a utilização e exposição dos documentos acima mencionados, de acordo com as melhores práticas estabelecidas para o efeito e sem custos para o AHM;

2.2. A respeitar todos os direitos de propriedade e uso da imagem, apresentando a referência da entidade detentora da documentação, concretamente através da indicação das respetivas cotas e origem (AHM) dos documentos;

2.3. A não ceder, onerosa ou gratuitamente, a outras entidades ou particulares, cópia dos documentos objeto da presente Parceria;

2.4. Utilização dos documentos objeto da presente Parceria exclusivamente no âmbito da exposição documental “A Grande Guerra – testemunhos de Odivelas”.

Cláusula 5ª
(Vigência)

O presente Protocolo de Parceria e cedência temporária de documentos em causa decorrerá entre 26 de janeiro a 25 de abril de 2016.

Cláusula 6ª
(Alterações ou Aditamentos)

Quaisquer alterações ao conteúdo do presente Protocolo de Parceria deverão constar em Aditamento ao mesmo, subscrito por ambos outorgantes.

Lisboa, 03 de outubro de 2016

A presente Parceria foi feita em duplicado, ficando um exemplar, devidamente assinado, na posse de cada uma das entidades.

Pelo
ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

Exmo. Coronel Américo
Fernando Carreira Martins
Diretor

Exmo. Capitão Joaquim José da
Cunha Roberto
Subdiretor

Pelo
MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Exmo. Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins
Presidente da Câmara”

(Aprovado por unanimidade)

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE
O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E A
COMISSÃO PARA A IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO**

Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, CITE, tem por objeto a cooperação entre as partes signatárias com vista a colaborar na área da promoção da igualdade e não discriminação entre homens e mulheres no trabalho e no emprego, contribuindo para o enriquecimento mútuo nos respetivos campos de intervenção, de acordo com o proposto na informação n.º interno/2016/10094, de 12-10-2016, e conforme minuta de protocolo anexa à informação referida.

“PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
entre
o Município de Odivelas
e

a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

Considerando que:



- O Município de Odivelas, consciente que a igualdade das mulheres e dos homens é um direito fundamental para todos e todas, constituindo um valor capital para a democracia, subscreveu em 2006 a Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local, assumindo o compromisso de colaborar com todas as instituições e organizações do concelho no intuito de promover as condições, de facto, para uma verdadeira igualdade;

- O Município de Odivelas entende que uma cidadania ativa e responsável implica uma maior participação das mulheres na vida social e política, onde a igualdade de oportunidades deve ser implementada através de mecanismos que assegurem essa participação;

- Compete à Câmara Municipal assegurar a integração da perspetiva de género em todos os seus domínios de ação;

- O Município de Odivelas foi considerado um dos melhores locais para viver em igualdade em 2014 e 2015 e distinguido com o Prémio “Viver em Igualdade” 2016;

- A Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) é o mecanismo nacional que prossegue a igualdade e a não discriminação entre homens e mulheres no trabalho, no emprego e na formação profissional;

- A CITE tem como principais atribuições a igualdade e a não discriminação entre mulheres e homens no mundo laboral; a proteção na parentalidade e a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal;

- A independência económica e a organização da vida profissional, familiar e pessoal são aspetos essenciais na consolidação da igualdade entre mulheres e homens;

- Importa fomentar sinergias entre instituições que promovam a igualdade e a não discriminação entre homens e mulheres no trabalho e no emprego bem como a conciliação entre as várias dimensões da existência humana, contribuindo para uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária;

Entre

O Município de Odivelas, adiante designado por Município, com sede nos Paços do Concelho, Rua Guilherme Gomes Fernandes – Quinta da Memória, 2675 - 372 Odivelas, pessoa coletiva 504 293 125, representada neste ato por Hugo Manuel dos Santos Martins, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal;

e

A Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, adiante designada por CITE, com sede na Rua Américo Durão, n.º 12-A – 1.º e 2.º andares, Olaias, 1900-064

Lisboa, pessoa coletiva 900 929 464, representada neste ato, por Joana Rabaça Gíria, na qualidade de Presidente;

é celebrado o presente protocolo de cooperação, que se rege pelo disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.^a
(Objeto)

O presente Protocolo tem por objeto a cooperação entre as partes signatárias com vista a:

a) Colaborar na área da promoção da igualdade e não discriminação entre homens e mulheres no trabalho e no emprego, contribuindo para o enriquecimento mútuo nos respetivos campos de intervenção;

b) Sensibilizar para a não discriminação de género e/ou com base no sexo no acesso e manutenção do trabalho, no emprego e formação profissional;

c) Promover iniciativas, nomeadamente workshops, ações de sensibilização/formação, seminários, que versem temáticas como:

i. Igualdade de género na área laboral para públicos estratégicos;

ii. Regime legal da parentalidade;

iii. Igualdade de género no Código do Trabalho;

iv. Igualdade entre homens e mulheres no trabalho e no emprego;

v. Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal;

d) Divulgar, no respetivo site ou por outros meios que se considerem adequados, medidas, ações e iniciativas da responsabilidade ou com a participação ativa da outra parte;

e) Coorganizar iniciativas em áreas de interesse comum e ou apoiar logisticamente, sempre que possível, a organização das mesmas;

f) Realizar estudos sobre igualdade de género no mercado de trabalho e conceber e desenvolver de projetos que tenham o Concelho como objeto ou destinatário.

Cláusula 2.^a
(Público-alvo)

O público-alvo desta cooperação são todas as pessoas que residem, estudam ou trabalham no Concelho de Odivelas.

Cláusula 3.^a
(Obrigações do Município de Odivelas)

O Município, através do Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania (GSIC), compromete-se a:



a) Disponibilizar instalações adequadas que permitam a realização das ações;

Cláusula 6.^a
(Vigência)

b) Efetuar a divulgação das ações de sensibilização/formação;

O presente Protocolo é válido pelo período de dois anos, a contar da data sua publicação no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões, renovando-se automaticamente, por iguais períodos, se não for denunciado por qualquer uma das partes.

c) Assegurar o apoio logístico à organização e realização das mesmas;

Cláusula 7.^a
(Denúncia e alterações)

d) Assegurar o transporte dos/as formadores/as de Lisboa para Odivelas e vice-versa, de acordo com a disponibilidade da frota municipal;

e) Partilhar materiais informativos;

1. Qualquer um dos outorgantes poderá unilateralmente denunciar o presente protocolo, devendo avisar por escrito a outra parte com antecedência mínima de 60 dias a contar do seu termo.

f) Apoiar iniciativas promovidas pela CITE, nomeadamente através da disponibilização de espaços;

2. O presente protocolo traduz e constitui o integral acordo celebrado entre as partes, só podendo ser modificado por documento escrito e assinado pelas partes outorgantes, passando a fazer parte do presente Protocolo como aditamento.

g) Apoiar o desenvolvimento de estudos e de projetos que tenham o concelho como objeto ou destinatário;

h) Efetuar o acompanhamento técnico da execução do protocolo.

Cláusula 8.^a
(Incumprimento e rescisão do protocolo)

Cláusula 4.^a
(Obrigações da Comissão para a
Igualdade no Trabalho e no Emprego)

A falta de cumprimento ou o desvio dos objetivos do presente Protocolo, por qualquer das partes contratantes, acarreta a sua imediata rescisão.

A CITE compromete-se a:

a) Colaborar na promoção do diálogo social na área da igualdade entre homens e mulheres no mundo laboral;

O presente Protocolo representa a vontade de ambas as Outorgantes e é elaborado em dois exemplares, ficando um na posse de cada entidade.

b) Realizar formação, mediante a disponibilidade da respetiva equipa, nas temáticas constantes da alínea c) da Cláusula 1.^a para públicos estratégicos, disponibilizando formadores/as, sem custos para o Município de Odivelas;

Odivelas, ____ de _____ de 2016

c) Disponibilizar o material didático e pedagógico para apoio às ações;

Pelo Município de Odivelas

Pela Comissão para a Igualdade
no Trabalho e no Emprego

d) Emitir os certificados de formação ou de participação nas ações por si promovidas;

Hugo Martins

Joana Rabaça Gíria

e) Partilhar materiais informativos e de divulgação;

(Aprovado por unanimidade)

f) Apoiar a realização de estudos ou de projetos promovidos pelo Município em domínios que se enquadrem na sua área de atuação;

**PRÉMIOS DE MÉRITO
RAINHA SANTA ISABEL**

g) Prestar informação e apoio jurídico no âmbito das suas atribuições.

Cláusula 5.^a
(Operacionalização)

**MELHOR ALUNO DE PORTUGUÊS DO 12.º ANO
DO ENSINO REGULAR – ANO LETIVO 2015/2016**

As atividades e ações concretas serão consubstanciadas através do estabelecimento de planos de trabalho anuais ou bienais definidos conjuntamente.

Atribuição do Prémio de Mérito “Rainha Santa Isabel”, relativo ao ano letivo 2015/2016, ao melhor aluno do 12.º ano da disciplina de Português do Ensino Secundário Regular, do Concelho de Odivelas, Ana Carolina de Jesus Monteiro, no valor de €250,00 (duzentos e cinquenta



euros), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/10214, de 2015.10.17.

(Aprovado por maioria)

**MELHOR ALUNO DE PORTUGUÊS DO 12.º ANO
DO ENSINO PROFISSIONAL – ANO LETIVO 2015/2016**

Atribuição do Prémio de Mérito “Rainha Santa Isabel”, relativo ao ano letivo 2015/2016, ao melhor aluno da disciplina de Português do Ensino Secundário Profissional, do Concelho de Odivelas, Maria Isabel Matos, no valor de €250,00 (duzentos e cinquenta euros), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/10214, de 2015.10.17.

(Aprovado por maioria)

**PROGRAMA MUNICIPAL
APOIO ÀS VISITAS DE ESTUDO**

**ADITAMENTO AO PROGRAMA
ANO LETIVO 2016/2017**

Aditamento ao Programa Municipal de Apoio às Visitas de Estudo (programa aprovado na 12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas de 2016, de 15 de junho - Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 12/2016, de 28 de junho), para o ano letivo 2016/2017, para a atribuição de transporte nesse âmbito, em conformidade com o mapa que consta na informação n.º Interno/2016/10453, de 2016.10.21 e que reflete as alterações verificadas pelo acréscimo de alunos em outubro de 2016, tendo sido criadas novas salas de pré-escolar, bem como novas turmas de 1.º ciclo, de acordo com o proposto na informação atrás mencionada.

Excerto do Mapa constante da informação
n.º Interno/2016/10453, de 2016.10.21

Agrupamentos de Escolas	junho 2016 - aprovado em RC de 15 jun.	outubro 2016
	Total Aut.	Total Aut.
AE Brancaamp Freire (Pontinha)	44	45
AE Adelaide Cabette (Odivelas)	38	42
AE Sudoeste de Odivelas	24	28
AE D. Dinis	26	30
AE Moinhos da Arroja	31	33
AE Vasco Santana	39	40

Pré-Escolar – 1/visita/ano/meio dia
EB1 – 1/visita/ano + meia visita/ano

(Aprovado por unanimidade)

FISCALIZAÇÃO

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E DESTINO FINAL

Aquisição de veículos, por ocupação, tendo como destino final a alienação por desmantelamento qualificado nos termos do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (RMVEAIVP), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/8192, de 2016.10.24:

Destino Final – Alienação por Desmantelamento Qualificado

(excerto de tabela constante da informação n.º Interno/2016/8192, de 2016.10.24)

MARCA/MODELO	MATRÍCULA
Opel Astra	64-64-NU
Opel Corsa	10-91-PH
Volkswagen Polo	79-17-IM
Volkswagen Transporter	s/matricula
Motociclo	08-GJ-79
Seat Ibiza	s/matricula
Ford Transit	HS-14-50
Nissan Micra	96-10-FI
Volkswagen Golf	UE-89-46
Ford Focus	23-86-UX
Volvo 440	06-03-BD
Fiat Uno	91-58-BU
VW	60-27-NT
Renault Clio	88-89-NP
Peugeot 106	49-65-IH
Renault 19	20-82-EL
Fiat Punto	46-94-GQ
Daewoo Matiz	52-99-QG
atrelado	-----
Ford Escort	s/matricula
Ford Fiesta	98-36-LF
Mercedes	19-18-NZ
Nissan Primera	03-39-OQ
Daewoo Matiz	97-72-VV
Renault Espace	63-16-OS
Renault Clio	86-03-SD



Nissan Micra	27-95-CI
Volkswagen Polo	50-79-JA
Alfa Romeo	AX-50-36
Renault Clio	85-01-PR
Volkswagen Polo	UH-54-51
Opel Astra	29-69-AM
Seat Toledo	59-84-BU
Citroen Ax	72-53-DZ
Citroen Saxo	75-93-NL
VW Polo	02-59-FZ
Renault Clio	53-54-CP
Rover 111	XQ-95-18
Peugeot 206	24-46-NR
Renault Clio	93-21-EC
Volkswagen Polo	87-62-LT
Opel Astra	00-70-DM
Ford Fiesta	50-26-HQ
Nissan Sunny	SJ-55-62
Honda Civic	02-41-CG
Renault Master	50-68-BN
Volkswagen Golf	67-82-FP
Fiat Uno	39-63-FN
Renault Express	52-28-CE
Opel Astra	22-64-AT
Renault Master	06-38-PD
Ford Puma	s/matricula
Rover	06-53-HU
Peugeot 205	XR-67-14
Opel Corsa	02-38-AU
Rover 414	01-76-HH
Skoda Forman	28-29-EO
Renault Megane	54-94-NB
Honda Civic	92-15-VJ
Vw Polo	75-85-IJ
Fiat Punto	42-96-IM
Honda Civic	53-58-RN
Renault Kangoo	87-35-TX
Renault Clio	79-67-DV
Citroen Saxo	73-91-MX
Mercedes	54-16-NF
Honda Concerto	87-17-CN

Opel Astra	07-71-DI
Fiat	s/matricula
Citroen Ax	59-20-HC
BMW	93-43-XX
Peugeot 106	24-27-DL
BMW	43-37-OT
Seat Ibiza	95-93-FB
Nissan Vanette	QF-82-71
Honda Concerto	89-33-CF
Mercedes Benz	61-49-MT
Renault Clio	12-30-HT
Opel Astra	08-66-DI
Opel Corsa	06-18-NH
Seat Cordoba	37-33-LL
Volkswagen Golf	08-01-DX
Citroen Ax	84-08-AU
Fiat Punto	37-70-GN
Seat Ibiza	70-08-JL
Subaru	67-14-LZ
Ford Fiesta	40-20-GB
Volkswagen Passat	00-12-EG
Mitsubishi	56-31-NT
Lancia	53-67-QA
Rover 414	48-81-BZ

(Aprovado por unanimidade)

PISCINA MUNICIPAL

ISENÇÃO DE PAGAMENTO

Isentar André David Bexiga Dinis, até ao final da época desportiva de 2016/2017, do pagamento da renovação da inscrição e respetivas taxas mensais, referentes à utilização da Piscina Municipal de Odivelas, no valor total global de €276,00 (duzentos e setenta e seis euros), sendo €15,00 da renovação da inscrição e €29,00 x 9 mensalidades, totalizando €261,00, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/10126, de 2016.10.13.

(Aprovado por unanimidade)



RETIRADA DE PONTO

PROPOSTA DE EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS – MAPA DE TURNOS DE FARMÁCIAS PARA O ANO DE 2017

Retirada da ordem de trabalhos da presente reunião da Câmara Municipal de Odivelas, do ponto referente à “Proposta de Emissão de Parecer Favorável da Câmara Municipal de Odivelas – Mapa de Turno de Farmácias para o Ano de 2017”.

(Aprovado por unanimidade)

ESPAÇOS VERDES

FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA INSTALAÇÃO DE REDE DE REGA

Protocolo a celebrar entre o Município de Odivelas e a Junta de Freguesia de Odivelas, para o fornecimento de material de rega a essa Junta de Freguesia para a instalação de um sistema de rega automático nos espaços verdes envolventes à Rua Dr. João Santos, na Arroja, conforme minuta de protocolo anexa à informação n.º Interno/2016/10633, de 2016.10.27, de acordo com o proposto na referida informação.

“MINUTA DE PROTOCOLO PARA A INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE REGA AUTOMÁTICO NOS ESPAÇOS VERDES ENVOLVENTES À RUA DR. JOÃO SANTOS ARROJA/ODIVELAS

Entre:

O MUNICIPIO DE ODIVELAS, pessoa coletiva de direito público n.º 504 293 125, com sede nos Paços do Concelho, Quinta da Memória, na Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Senhor Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, e

A JUNTA DE FREGUESIA DE ODIVELAS, pessoa coletiva de direito público n.º 506 605 752, com sede na Alameda do Poder Local, n.º 4, em Odivelas, neste ato representado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Senhor Dr. Nuno Gaudêncio,

é celebrado o presente Protocolo para a Instalação de um Sistema de Rega Automático nos Espaços Verdes envolventes à Rua Dr. João Santos – Odivelas/Arroja, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O Município de Odivelas, obriga-se a fornecer todo o material de rega assim como o projeto de rega necessário para a instalação de um sistema de rega automático nos espaços verdes envolventes à Rua Dr. João Santos – Arroja/Odivelas (área verde com 12.400 m² “floreiras nos pátios dos edifícios incluídas”).

CLÁUSULA SEGUNDA

A Junta de Freguesia de Odivelas, obriga-se a instalar o respetivo material e a realizar todos os trabalhos necessários para a eficaz instalação do sistema de rega automático nos espaços verdes envolventes à Rua Dr. João Santos – Arroja/Odivelas.

CLÁUSULA TERCEIRA

A Junta de Freguesia de Odivelas, obriga-se a proceder à execução de todos os atravessamentos nos pavimentos assim como a ligação da rede de rega aos ramais de água para a eficaz instalação do sistema de rega automático nos espaços verdes envolventes à Rua Dr. João Santos – Arroja/Odivelas.

CLÁUSULA QUARTA

A Junta de Freguesia de Odivelas, obriga-se a permitir que esta instalação seja fiscalizada pelos técnicos municipais com o objetivo de verificação da sua conformidade.

CLÁUSULA QUINTA

O presente Protocolo extingue-se com o cumprimento do seu objeto, a partir do qual a responsabilidade do sistema ficará a cargo da Junta de Freguesia de Odivelas.

Odivelas, ____ de _____ de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas

(Hugo Martins)

O Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas

(Nuno Gaudêncio)”

(Aprovado por unanimidade)



CLUBE DO MOVIMENTO

VENDA DE SWEATSHIRT

Proposta do valor de €10,00 (dez euros), com IVA incluído, para venda de sweatshirt (cada uma) do Programa Clube do Movimento - Desporto sénior, aos munícipes participantes do referido Clube, que queiram adquirir o referido equipamento, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/10609, de 2016.10.26.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS - PAMO

Reforço de cabimento para a atribuição de participações financeiras aos clubes/coletividades desportivas do Concelho de Odivelas, no âmbito do Programa Municipal de Apoio de Odivelas (PAMO), no eixo do desporto - Medida II e Apoio Extraordinário, nos termos e de acordo com o proposto na informação n.º Interno 2016/10341, de 2016.10.19.

Designação	Valor Deliberado	Valor Correto	Valor a cabimentar
Medida II	7.838,80€ (sete mil, oitocentos e trinta e oito euros e oitenta centimos)	7.838,81€ (sete mil, oitocentos e trinta e oito euros e oitenta e um centimos)	0,01€ (um centimo)
Apoio Extraordinário	10.650,54€ (dez mil, seiscentos e cinquenta euros e cinquenta e quatro centimos)	10.650,55€ (dez mil, seiscentos e cinquenta euros e cinquenta e cinco centimos)	0,01€ (um centimo)

(Aprovado por unanimidade)

PROGRAMA ECOVALOR DOAÇÃO EM ESPÉCIE

Aceitação de doação em espécie da Valorsul, tendo em conta a apresentação e aceitação da candidatura municipal no âmbito do Programa EcoValor da referida entidade, para 2016/2017, nos seguintes termos, de acordo com o

proposto na informação n.º Interno/2016/10223, de 2016.10.17:

-Visitas aos equipamentos de valorização ambiental da Valorsul (ETVO, CTRSU e CTE): 6 visitas;

-Concurso Separa e Ganha: 7 suportes para sacos e 500 sacos;

-Ações de sensibilização: 6 ações de sensibilização;

-Materiais pedagógicos e informativos e corretivo Ricaterra.

(Aprovado por unanimidade)

TÚNEL DE ACESSO AO BAIRRO DA CODIVEL PATROCÍNIO

Ratificação da autorização do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, exarada na informação n.º Interno/2016/10261, de 2016.10.17, para a aceitação de 80 litros de tinta, ofertados pelas empresas Amadeu Oliveira Construções, Lda., Casteltintas, Lda. e Radialcor - Tintas, Materiais de Construção e Decoração, Lda., para pintura do interior do túnel de acesso ao Bairro da Codivel, em Odivelas, no âmbito do projeto de Arte Urbana, nos seguintes termos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/10261, de 2016.10.17:

-empresa Amadeu Oliveira Construções, Lda: 20 litros de tinta branca e 20 litros de tinta verde, no valor de €110,00 (cento e dez euros), c/ IVA incluído à taxa legal em vigor;

-empresa Casteltintas, Lda.: 20 litros de tinta amarela, no valor de €150,00 (cento e cinquenta euros), c/ IVA incluído à taxa legal em vigor;

-empresa Radialcor - Tintas, Materiais de Construção e Decoração, Lda.: 20 litros de tinta preta, 20 litros de tinta azul, 20 litros de tinta vermelha e 20 litros de tinta magenta, no valor de €440,00 (quatrocentos e quarenta euros), c/ IVA incluído à taxa legal em vigor.

(Aprovado por unanimidade)



PROCESSOS PARTICULARES

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 8/2002 BAIRRO NOVO DAS QUEIMADAS, LOTE 110 UNIÃO DAS FREGUESIAS DA PONTINHA E FAMÕES PROCESSO N.º 32925/OM

Alteração ao alvará de loteamento n.º 8/2002, para o Lote 110, do Bairro Novo das Queimadas, na União de Freguesias de Pontinha e Famões, em nome de Manuel Óscar de Jesus Fonseca. A alteração é requerida pelo titular do lote 110 e compreende o aumento dos parâmetros urbanísticos definidos para o lote, com vista à legalização da edificação existente no lote 110, conforme consta da informação técnica n.º 1/MJC/DRRU/DGOU/16, de 14 de outubro de 2016, que consta do processo, e de acordo com o proposto na informação N.º 32925/OM datada de 18 de outubro de 2016, constante no processo a folhas 2252.

(Aprovado por maioria)

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 2/99 BAIRRO DAS FONTAINHAS, LOTES 36 E 38 UNIÃO DAS FREGUESIAS DA PONTINHA E FAMÕES PROCESSO N.º 38776/OM

Alteração ao alvará de loteamento n.º 2/99, para os Lotes 36 e 38, do Bairro das Fontainhas, na União de Freguesias de Pontinha e Famões, em nome de Engate 3, Lda.. A alteração é requerida pelo titular das parcelas mencionadas, incide sobre os lotes 36 e 38 e compreende a junção dos mesmos, com vista à construção de uma moradia unifamiliar, nos termos da informação técnica n.º 3/MJC/DRRU/DGOU/16, de 20 de outubro de 2016, e de acordo com o proposto na informação N.º 38776/OM, de 25 de outubro de 2016, constante a folhas 3350 do processo.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSTITUIÇÃO DA HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO DE CAUÇÃO UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES BAIRRO DOS QUATRO, LOTE 539 ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2011

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 539, da Rua José Rodrigues Miguéis, do Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 11173 de 2016.10.11, do Banco Caixa Geral de Depósitos, S.A., em nome de Maria de Lurdes Palma Guerreiro Domingos, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, no valor de € 4.407,78 (quatro mil, quatrocentos e sete euros e setenta e oito cêntimos), correspondente ao valor caucionado por hipoteca legal

relativo à garantia da boa execução das obras de urbanização, estabelecido no alvará de loteamento n.º 4/2011, nos termos da informação técnica n.º 125/RO/DRRU/DGOU/2016, de 24 de outubro de 2016, e de acordo com o proposto na informação n.º 75.2016, de 2016.10.25.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSTITUIÇÃO DA HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO DE CAUÇÃO UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES BAIRRO SOL NASCENTE, LOTE 215 ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 5/2007

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 215, da Rua Sol Nascente, do Bairro Sol Nascente, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10848 de 2016.10.04, do Banco Caixa Geral de Depósitos, S.A., em nome de Nuno Manuel Dionísio Tintim, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, no valor de € 3.420,30 (três mil, quatrocentos e vinte euros e trinta cêntimos), correspondente ao valor caucionado por hipoteca legal relativo à garantia da boa execução das obras de urbanização estabelecido no alvará de loteamento n.º 5/2007, nos termos da informação técnica n.º 124/RO/DRRU/DGOU/2016 de 24 de outubro de 2016 e de acordo com o proposto na informação n.º 76.2016, de 2016.10.25.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSTITUIÇÃO DA HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO DE CAUÇÃO UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS BAIRRO DOS CARRASCAIS, LOTE 22 ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 6/2007

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 22, da Rua dos Carrascais, do Bairro dos Carrascais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, pelo depósito caução n.º 10947 de 2016.09.29, do Banco Caixa Geral de Depósitos, S.A., em nome de José Joaquim Lino Salgueiro, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, no valor de €339,07 (trezentos e trinta e nove euros e sete cêntimos), correspondente ao valor caucionado por hipoteca legal relativo à garantia da boa execução das obras de urbanização estabelecido no alvará de loteamento n.º 6/2007, nos termos da informação técnica n.º 115/RO/DRRU/DGOU/2016 de 11 de outubro de 2016, e de acordo com o proposto na informação n.º 68.2016, de 2016.10.13.

(Aprovado por unanimidade)



UNIDADES ORGÂNICAS

AVISOS

AVISO

Alvará de Loteamento n.º 7/2001 – B.º dos Pedernais – Ramada/Caneças

11.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odiveelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odiveelas datada de 6 de abril de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 7/2001, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de António Araújo Fernandes.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Aos Parâmetros Urbanísticos dos Lotes:

Descrição	Alvará Loteamento		Alteração Proposta		Diferencial
<i>Lotes</i>	B1	B4	B1	B4	
<i>Área lote</i>	324,10 m²	545,80 m²	324,10 m²	545,80 m²	
<i>Área implantação</i>	103,90 m²	159,10 m²	324,10 m²	300,00 m²	+361,10 m²
<i>Área construção</i>	207,80 m²	318,20 m²	610,00 m²	318,20 m²	+402,20 m²
<i>Número fogos</i>	1	1	5	1	+4
<i>Número ocupações</i>	1	-	1	-	
<i>Pisos</i>	2P+CV	2P+CV	3P+CV	2P+CV	+1P
<i>Situação proposta</i>	A renovar	A renovar	A manter	A manter	

Os valores alterados foram representados a negrito.

1.2. Aos Parâmetros Urbanísticos do Bairro:

Descrição	Alvará loteamento	Alteração Proposta	Diferencial
Área intervenção	235.555,35 m²	235.555,35 m²	
Área total de lotes	173.568,05 m²	173.568,05 m²	
Número total de lotes	436	436	
Número total de fogos	777	781	+ 4
Número total de ocupações	88	88	
Número de pisos máximo	3P+CV	3P+CV	
Densidade habitacional	32,99 fogos/ha	33,16 fogos/ha	+ 0,17 fogos/ha
Densidade populacional	115,45 ha/ha	116,04 ha/ha	+ 0,59 ha/ha
Área de construção	128.243,60 m²	128.645,80 m²	+ 402,20 m²
Índice de construção	0,54	0,55	0.01
Área total de implantação	60.716,55 m²	61.077,65 m²	+ 361,10 m²



Índice de implantação bruto	0,26	0,26	
Áreas para equipamento – Parcela B/C/D	3.188,60 m ²	3.188,60 m ²	
Áreas para zonas verdes – logradouros	99.572,35 m²	99.406,80 m²	- 165,55 m²
Parcelas E/F/G/J	5.669,00 m ²	5.669,00 m ²	
Total	105.241,35 m²	105.075,80 m²	- 165,55 m²

Os valores alterados foram representados a negrito.

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

De acordo com o previsto no art.º 6º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com a redação em vigor, pela falta de áreas de cedência para equipamentos de utilização coletiva, foi aceite a compensação em numerário nos termos previstos no art.º 44º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor. Para os espaços verdes e de utilização coletiva, foram contabilizadas as áreas de natureza privada, designadamente as áreas afetadas aos logradouros de lotes privados, até 50% da área livre permeável, com o mínimo de 25 m², nos termos do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização.

No âmbito da legalização das edificações, deverão ser garantidos os lugares de estacionamento necessários de acordo com o disposto no art.º 101.º do RMEU, devendo também ser cumprido o regulamento do loteamento.

Paços do Concelho, 13 de outubro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)

AVISO

Alvará de Loteamento n.º 5/2007 – B.º Sol Nascente – Pontinha/Famões

5.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 1 de junho de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 5/2007, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Arão Lester de Estima Beny.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Aos Parâmetros Urbanísticos dos Lotes:

Descrição	Alvará de loteamento		Alteração Alvará
	Lote 218	Lote 219	Lote 218
Área lote	284,00 m ²	284,00 m ²	568,00 m ²
Área implantação	114,00 m ²	114,00 m ²	228,00 m ²
Área construção	228,00 m ²	228,00 m ²	456,00 m ²
Número fogos	1	1	1
Número ocupações	0	0	0
Pisos	2	2	2

Os valores alterados foram representados a negrito.



1.2. Aos Parâmetros Urbanísticos do Bairro:

Descrição	Alvará loteamento	Alteração Alvará	Dif.
<i>Densidade habitacional</i>	24,34 fg/ha	24,27 fg/ha	-0,07 fg/ha
<i>N.º total de fogos</i>	322	321	-1
<i>N.º de lotes</i>	273	272	-1

Os valores alterados foram representados a negrito.

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos ou espaços verdes de utilização pública, uma vez que as mesmas se encontram asseguradas no alvará de loteamento.

As necessidades de estacionamento público encontram-se asseguradas e no âmbito da legalização das edificações deverão ser garantidos os lugares de estacionamento privado de acordo com o regulamento do bairro, devendo também ser cumprido o disposto no art.º 101.º do RMEU.

Paços do Concelho, 14 de outubro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)

AVISO

Alvará de Loteamento n.º 3/2007 – B.º Quinta das Canoas – Pontinha/Famões

6.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 24 de agosto de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 3/2007, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de António Marques do Rosário.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1.Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Aos Parâmetros Urbanísticos do Lote:

Lote	Alvará n.º 3/2007						Alteração ao Alvará n.º 3/2007					
	Área Lote (m²)	Pisos	Fogos	Uso	Área Impl. (m²)	Área Const. (m²)	Área Lote (m²)	Pisos	Fogos	Uso	Área Impl. (m²)	Área Const. (m²)
13	303	2+cv+s	4	H+AE	215	505	303	2+cv+s	3	H+AE	241	555

Os valores alterados foram representados a negrito.



1.2. Aos Parâmetros Urbanísticos do Bairro:

	Alvará n.º 3/2007	Alteração ao Alvará n.º 3/2007	Dif.
Área Máxima de Implantação	10.742 m ²	10.768 m²	+ 26 m ²
Área Máxima de Construção	22.678 m ²	22.728 m²	+ 50 m ²
Índice de Construção	0.69	0.69	
Percentagem Máxima de Ocupação do Solo	32,75%	32,83%	+0,08%
Nº de Fogos	94	93	- 1
Densidade Habitacional	28,66 fogos/ha	28,35 fogos/ha	- 0,31
Área Verde Parte dos Logradouros (3.2 do regulamento)	7.332,50 m ²	7.029,00 m²	
% de Construção P/Ativ. Económicas	4.480 m ² / 22.678 m ² = 19%	4.506 m² / 22.728 m² = 19%	

Os valores alterados foram representados a negrito.

Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

De acordo com o previsto no art.º 6º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com a redação em vigor, pela falta de áreas de cedência para equipamentos de utilização coletiva, foi aceite a compensação em numerário nos termos previstos no art.º 44º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, para os espaços verdes e de utilização coletiva, foram contabilizadas as áreas de natureza privada, designadamente as áreas afetas aos logradouros de lotes privados, até 50% da área livre permeável, com o mínimo de 25 m², nos termos do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização. No âmbito da legalização das edificações, deverão ser garantidos os lugares de estacionamento necessários de acordo com o disposto no art.º 101.º do RMEU, devendo também ser cumprido o regulamento do loteamento. Mantém-se ainda a obrigação do proprietário aquando da legalização da construção a execução dos estacionamentos e respetivos passeios no troço entre os lotes 8 a 14.

Paços do Concelho, 14 de outubro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

HABITAÇÃO

Decisões com eficácia externa tomadas pela Vereadora Ana Isabel Cosme Gomes, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, n.º 111/PRES/2015, de 27 de outubro de 2015, no âmbito da Divisão de Habitação, referentes ao mês de outubro de 2016, nos termos da informação n.º Interno/2016/10729, de 2016.10.31:

Divisão de Habitação

Setor de Gestão do Parque Habitacional (SGPH)

EDOC/2015/3545

Interno/2016/9816 de 2016/10/04

Assunto: Maria Cândida Raimundo Gregório, arrendatária do locado sito na Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, 44, 3º Esq., em Odivelas – Tomada de decisão final

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto, com base na alteração legislativa ocorrida. Oficie-se nos termos propostos e comunique-se ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/10/28

EDOC/2015/29866

Interno/2016/8916 de 2016/09/08

Assunto: Atualização de renda – Nome: Augusto Camilo Carvalho Conceição – Morada: Praceta 25 de Agosto, n.º 2 – 2º Esq. - Famões

Decisão da Sra. Vereadora: De acordo. “Proceda-se à exclusão do agregado familiar de Edna de Fátima Figueiredo da Conceição Cachucho e de David Alexandre Figueiredo da Conceição por existência de alternativa habitacional. Oficie-se.”

Data da decisão: 2016/10/12

EDOC/2016/27546

Interno/2016/9490 de 2016/09/26

Assunto: Tomada de Posse da habitação, por Cessação do contrato de arrendamento por renúncia, sita na Rua Dr. Elysio Moura, n.º 8 – R/C Frt., em Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. 1) À Divisão de Habitação: concluída a tramitação legal necessária, proceda-se à formalização da tomada de posse da habitação, bem como à necessária vistoria técnica de forma a avaliar as condições de habitabilidade da habitação, nomeadamente a possibilidade de ser atribuída para realojamento de agregado familiar, no âmbito do PER. 2) À consideração do Sr. Presidente da CMO, com proposta de análise jurídica e demais tramitação, para efeitos de cobrança de crédito devido ao MO, por rendas vencidas e não pagas, no montante de 832,92€.”

Data da decisão: 2016/10/04

EDOC/2016/37961

Interno/2016/9523 de 2016/09/26

Assunto: Proposta de ação judicial – Locado sito na Rua Vitorino Nemésio, n.º 7 – C/V Direita, em Póvoa de Santo Adrião

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, com base na fundamentação jurídica e social exposta.

À consideração do Sr. Presidente da CMO, com proposta de análise jurídica e demais tramitação legal, necessária a ação judicial, com vista à reivindicação da posse do fogo.”

Data da decisão: 2016/10/04

EDOC/2016/45057

Interno/2016/9067 de 2016/09/13

Assunto: Entrega de Documentos – Revisão de Renda – Nome: Filipa Alexandre Mendonça Queiroz – Morada: Rua Bordalo Pinheiro, n.º 12 – 3º Dtº - Bº Gulbenkian - Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Proceda-se à exclusão do agregado familiar de Alexandre Miguel Queiroz Cunha, por existência de alternativa habitacional e à revisão do valor da renda. Oficie-se. À Divisão de Habitação.”

Data da decisão: 2016/10/07

EDOC/2016/46198

Interno/2016/9197 de 2016/09/16

Assunto: Atualização de renda – Nome: Domingos Henrique Gomes da Costa – Morada: Bairro Olival do Pancas, Lote 58 – R/C A – Olival do Pancas - Pontinha

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, nos termos do informado e proposto. Oficie-se em conformidade.”

Data da decisão: 2016/10/04

EDOC/2016/48957

Interno/2016/9759 de 2016/10/03

Assunto: Aditamento ao contrato de arrendamento do imóvel sito na Rua Dr. João Santos, 11ª – 4º C – Carlos Jorge Roque dos Prazeres Vieira (Prohabita I – Acordo 328 – III Fase)

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. À consideração do Sr. Presidente da CMO, com proposta de assinatura do aditamento ao contrato de arrendamento no âmbito do PROHABITA (5 cópias, em anexo), na sequência de transmissão de titularidade do imóvel. Mais se propõe a assinatura do ofício anexo para envio ao IHRU.”

Data da decisão: 2016/10/07



NOTA RETIFICATIVA

RETIFICAÇÃO AO BOLETIM MUNICIPAL DAS DELIBERAÇÕES E DECISÕES N.º 21 DE 2016

No Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 21 de 2016, de 2 de novembro, na divulgação referente à deliberação com o título “*Transferências financeiras para o Centro de Cultura e Desporto do Município de Loures, Processo n.º 25/DM/2016*”, na página 19, a mesma contém uma incorreção no seguinte parágrafo:

Onde se lê:

“(…) para deliberação da transferência para o Centro de Cultura e Desporto do Município de Loures, do montante no valor de €137.156,36 (cento e trinta e sete mil e cento e cinquenta e seis euros e trinta e seis cêntimos), (...)”.

Deve ler-se:

“(…) para deliberação da transferência para o Centro de Cultura e Desporto do Município de Loures, do montante até ao valor de €137.156,36 (cento e trinta e sete mil e cento e cinquenta e seis euros e trinta e seis cêntimos), (...)”.

Pelo exposto, o conteúdo da publicitação da deliberação tomada na 2.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 26 de outubro de 2016, na página 19, é na íntegra o seguinte:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS PARA O CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE LOURES PROCESSO 25/DM/2016

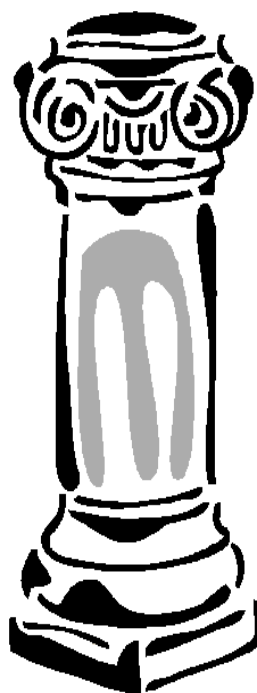
Na sequência do deliberado pelo Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos, Loures e Odivelas - SIMAR, na sua 6.ª reunião extraordinária de 12 de outubro de 2016, foi remetida à Câmara Municipal de Odivelas a Proposta n.º 372/2016, através do ofício S/21852 de 2016.10.12, para deliberação da transferência para o Centro de Cultura e Desporto do Município de Loures, do montante até ao valor de € 137.156,36 (cento e trinta e sete mil e cento e cinquenta e seis euros e trinta e seis cêntimos), no âmbito do limite de 3,5% do somatório anual das remunerações dos trabalhadores dos SIMAR Loures e Odivelas, que são associados do Centro de Cultura e Desporto do Município de Loures, referente ao ano de 2017, de acordo com o proposto na informação dos serviços da Câmara com o n.º Interno/2016/10336, de 2016.10.19.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal.

(Aprovado por unanimidade)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

16.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 3 de novembro de 2016

DELIBERAÇÕES

VOTOS DE PESAR

VOTO DE PESAR

“PELO FALECIMENTO DE JAIME OCTÁVIO PIRES FERNANDES”

Faleceu Jaime Fernandes, um jornalista, uma das vozes mais distintas da rádio, uma presença que emanava confiança a quem o via no pequeno ecrã.

Morreu o provedor do telespectador da RTP, desde 2013.

Mas acima de tudo, a comunidade jornalística portuguesa ficou mais pobre: perdeu-se um comunicador apaixonado pelas coisas da música, sobretudo por todo o ritmo americano a quem um dia chamaram “a voz da música americana”.

Jaime Fernandes tornou-se conhecido pelo timbre da sua voz, entre as gerações que ouviam rádio no final da década de 60, na Emissora Nacional onde emprestou a voz a cenas de peças de teatro radiofónico. Mais tarde, nos Anos 70', tornou-se conhecido aos microfones da célebre Rádio Clube Português, notabilizando-se no programa “Música na América”, bem como por ter integrado a administração daquela estação emissora, enquanto membro eleito pelos trabalhadores pós-25 de Abril de 1974.

Depois, notabilizou-se ao fazer parte da equipa que criou o extraordinário programa “Oceano Pacífico”, em Outubro de 1984, que ainda hoje – 32 anos depois - se ouve na frequência da RFM, da estação Rádio Renascença, sendo o mais antigo programa radiofónico em Portugal e com uma enormíssima legião de fãs de várias gerações.

A carreira de Jaime Fernandes foi sempre dedicada ao serviço público da comunicação: foi autor e apresentador de diversos programas na RDP (Radiodifusão Portuguesa) e na RTP a Rádio Televisão Portuguesa.

Ao serviço da RDP, foi correspondente n' A Voz da Alemanha em 1980. Mais tarde, de 1981 a 1983, dirigiu os programas na Rádio Comercial, juntamente com João David Nunes. de 1981 até 1993.

Entre os anos de 1989 e 1994, foi administrador da RDP - onde criou a RDP Antena 3 -, da revista TV Guia e do Pavilhão Atlântico, tendo-se tornado gestor do canal 1 da RTP em 2000, cargo que ocupou por um ano.

Na Rádio Televisão Portuguesa, foi ainda director de programas, dos canais internacionais e de novos projectos. Organizou o canal RTP Música, que nunca chegou a emitir apesar de ter sido apresentado oficialmente em 2011.

Ainda dirigiu a RTP internacional e a RTP África até se reformar.

Depois de se reformar, em 2013, era o provedor do telespectador da RTP e administrador da MEO Arena, onde se envolveu na organização da *Web Summit* que se realiza já entre os próximos dias 7 e 10 de Novembro.

O jornalista e radialista, produziu a série Estranha Forma de Vida - Uma história sobre a música popular portuguesa, desde os anos 30.

Jaime Octávio Pires Fernandes nasceu em Lisboa, a 23 de Junho de 1947, e morreu no passado dia 27 de Outubro de 2016, aos 69 anos.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na sua 16ª sessão extraordinária de 2016, em 3 de Novembro, lamenta o falecimento de Jaime Octávio Pires Fernandes e envia as sentidas condolências à família, amigos e à Rádio Televisão Portuguesa.

Dar conhecimento deste Voto de Pesar:

À família de Jaime Fernandes;

À Presidência do Conselho de Administração da RTP;

À Direcção de Informação da Televisão;

À Direcção de Informação Rádio;

Às Direcções da RTP 1, RTP 2, RTP 3, RTP Internacional;

Às direcções da Antena 1, Antena 2 e Antena 3.

(Documento apresentado pela bancada do CDS/PP – Aprovado por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 04 de novembro de 2016

(Aprovado por unanimidade)



VOTO DE PESAR

“PELO FALECIMENTO DE JOÃO LOBO ANTUNES”

Faleceu João Lobo Antunes a quem muitos definiam como uma espécie de primeiro em tudo o que fazia, protagonista da excelência desde o tempo em que militou na academia, e na medicina, enquanto neurocirurgião, nas neurociências enquanto mestre e investigador e mesmo nas letras quando se dedicava à escrita ou à aprendizagem.

João Lobo Antunes é indubitavelmente um herói contemporâneo que merece ficar ao lado dos protagonistas mais antigos e endeusados da história portuguesa. Deve ser ensinado às gerações mais novas e vindouras, sobretudo pelo exemplo dado em vida, enquanto cidadão e trabalhador incansável no domínio das ciências médicas, em prol da comunidade global e naturalmente do serviço público.

O médico João Lobo Antunes foi publicado nas mais importantes publicações de medicina e das ciências da vida de todo o mundo. A sua imensa preocupação sobre o futuro de Portugal levou-o a escrever também dezenas de artigos e pensamentos de grande lucidez sobre opções estratégicas que considerava vitais para o País. Ao todo, identificam-se 190 publicações.

João Lobo Antunes pertenceu a 15 sociedades profissionais entre elas à World Academy of Neurological Surgery, à World Neurosurgery, à American Academy of Neurological Surgery, à American Association of Neurological Surgeons e naturalmente à Sociedade Portuguesa de Neurocirurgia de que foi presidente.

De entre os cargos que desempenhou foi Diretor do Serviço de Neurocirurgia do Hospital de Santa Maria, Lisboa, entre 1984 e 2014; Presidente do Conselho Pedagógico da Faculdade de Medicina de Lisboa de 1988 a 1989; Presidente do Conselho Científico da mesma universidade (1996-2004); Presidente do Instituto de Medicina Molecular (IMM), de 2002 a 2014; Presidente da Sociedade Europeia de Neurocirurgia durante 4 anos, entre 1999 e 2003; e era o Presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV).

O Dr. João Lobo Antunes foi membro do Conselho de Estado durante dez anos, entre 2006 e 2016, e pertenceu aos conselhos editoriais da *Clinical Neurosurgery*, da *Neurocirurgia*, da *Acta Neurochirurgica*, da *Advances and Technical Standards in Neurosurgery*, do *Journal of Neurosurgical Sciences*, do *British Journal of Neurosurgery*, do *Neurology*, edição indiana, do *World Neurosurgery* e foi presidente da Babel Editora.

Lobo Antunes licenciou-se em medicina em 1968 e doutorou-se 15 anos mais tarde, em 1983, pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Mas entre 1971 e 1984 mudou-se de Lisboa para Nova Iorque: fez um percurso extraordinário durante 13 anos, muito dedicado

ao estudo e à investigação, integrando o Departamento de Neurocirurgia do New York Neurological Institute, Columbia Presbyterian Medical Center, da Universidade de Columbia. Foi investigador bolseiro da Fundação Fullbright e da Fundação Matheson e, posteriormente, nomeado professor associado de Neurocirurgia da mesma Universidade.

O médico e investigador regressou a Portugal em 1984, tornando-se professor catedrático de Neurocirurgia da Faculdade de Medicina de Lisboa. Em 1996 foi eleito para o Conselho Científico da mesma universidade, precisamente no ano em que lhe foi atribuído o Prémio Pessoa. Era professor emérito da Universidade de Lisboa desde 2015.

O Dr. João Lobo Antunes mereceu seis distinções de âmbito nacional: Medalha de Honra do Concelho de Cascais, em 2001; Medalha de Mérito de Ouro do Ministério da Saúde, em 2003; a 9 de Junho de 2004 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique; quase 10 anos depois, com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada (3 de Junho de 2014); e a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, a 7 de Abril de 2016).

João Lobo Antunes nasceu a 4 de Junho de 1944, em Lisboa, e faleceu a 27 de Outubro de 2016, aos 72 anos.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na sua 16ª sessão extraordinária de 2016, em 3 de Novembro, lamenta o falecimento de João Lobo Antunes e envia as sentidas condolências à família, amigos e à comunidade científica representada nas instituições em baixo referenciadas.

Dar conhecimento deste Voto de Pesar:

À família de João Lobo Antunes;
Ao Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida;
Ao Serviço de Neurocirurgia do Hospital de Santa Maria;
À Universidade de Lisboa;
À Faculdade de Medicina de Lisboa;
Ao Instituto de Medicina Molecular;
À Sociedade Portuguesa de Neurocirurgia;
À Sociedade Europeia de Neurocirurgia;
À Babel Editora.

(Documento apresentado pela bancada do CDS/PP – Aprovado por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 04 de novembro de 2016

(Aprovado por unanimidade)



VOTO DE PESAR

“PELO FALECIMENTO DO GNR – CARLOS CAETANO”

No passado dia 11 de outubro, Portugal ficou mais uma vez em choque quando sabe da notícia da morte de um militar da GNR em serviço no concelho de Aguiar da Beira.

Carlos Caetano de 29 anos foi atingido com um tiro que o matou de imediato, quando tentava identificar um suspeito, que se encontrava numa viatura parada perto de um hotel em construção.

Juntamente com este militar, outro militar da GNR foi ferido e sequestrado tendo conseguido escapar com vida das mãos do assassino.

Infelizmente muitos foram os que já deram a vida em prol da causa pública e das missões que abraçam ao tornarem-se agentes da autoridade, militares ou bombeiros e outros titulares de cargos públicos.

A GNR tem desenvolvido um trabalho árduo na prossecução das missões que tem executado com elevado sucesso em Portugal e no estrangeiro, onde são constantemente alvo de elogios à sua atuação.

A Assembleia Municipal de Odivelas vem assim manifestar o mais profundo pesar pelo falecimento do militar da GNR Carlos Caetano.

Este voto de pesar deverá ser enviado:

- 1- À família do militar falecido Carlos Caetano
- 2- Ao Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana - Nacional
- 3- Ao Comandante da Unidade de Intervenção - Pontinha

(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 04 de novembro de 2016

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE PESAR

“JOÃO LOBO ANTUNES”

Faleceu João Lobo Antunes.

Médico neurocirurgia de reconhecimento mundial, João Lobo Antunes, morreu aos 72 anos.

Para além de médico, era também professor, homem da cultura, um cidadão interventivo.

Licenciado em Medicina pela Universidade de Lisboa com uma média final de 19,47 valores, doutorou-se pela Universidade de Columbia, em Nova Iorque, foi professor catedrático de neurocirurgia da Faculdade de Medicina de Lisboa e diretor do serviço de neurocirurgia do Hospital de Santa Maria, sendo considerado como um referencial para a sua geração e um dos seus melhores.

Enquanto médico, João Lobo Antunes foi sempre um "apaixonado pelo conhecimento, fascinado pelo mistério da vida e da inteligência humana".

Fundou o Instituto de Medicina Molecular, um dos maiores centros de investigação do País.

A excelência profissional desenvolveu-se a par do empenhamento cívico.

Era também um homem de cultura, conhecedor dos clássicos e atento aos movimentos e às tendências do seu tempo.

Mandatário nacional das candidaturas presidenciais de Jorge Sampaio e de Cavaco Silva, João Lobo Antunes foi conselheiro de Estado de Cavaco Silva e era atualmente presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida.

Prémio Pessoa em 1996, no último dia 25 de Abril recebeu do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

O atual Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, caracterizou-o como “ um médico brilhante, um humanista e um grande português ”.

É este médico brilhante, humanista e grande português que a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na sua 16ª Sessão Extraordinária, recorda e lamenta o seu falecimento, manifestando o mais sentido pesar a toda a sua família.

- a enviar para a Família.

(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 04 de novembro de 2016

(Aprovado por unanimidade)



VOTOS DE CONGRATULAÇÃO

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

“ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO SAKHAROV A NADIA MURAD E LAMIYA AJI BASHAR”

Nadia Murad e Lamiya Aji Bashar foram as laureadas com o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento de 2016.

Duas mulheres Yazidi que sofreram e hoje simbolizam os efeitos da perseguição, violência e genocídio do ultra radicalismo religioso e político.

Depois de verem os homens e mulheres idosas da sua aldeia a serem executados pelo ISIS, foram levadas com outras mulheres e meninas para servirem como escravas sexuais!

Foram vendidas e revendidas!
Nadia e Lamiya conseguiram escapar!

As mulheres e meninas que não conseguiram, continuam a viver num abismo ou morreram!

A voz destas duas mulheres é um contributo excecional para a luta em prol dos direitos humanos em todo o mundo e para chamar a atenção às suas violações.

A atribuição deste ano remete-nos a uma reflexão profunda sobre a violência em vários países e regiões e os efeitos nas populações sujeitas à migração, à guerra, à perseguição étnica, religiosa e política e ao genocídio!

Este prémio atribuído pelo Parlamento Europeu visa o respeito por esses valores e que são os alicerces da construção da União Europeia.

Qualquer violação desses direitos é lesiva dos princípios democráticos nos quais a nossa sociedade se baseia quer essa violação ocorra dentro ou fora da EU.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na 16.^a Sessão Extraordinária de 2016, delibera aprovar o seguinte:

1 - Congratular as laureadas Nadia Murad e Lamiya Aji Bashar pela atribuição do Prémio Prémio Sakharov;

2 - Congratular o Parlamento Europeu pela a atribuição a mulheres que simbolizam a luta pelos direitos humanos e contra a perseguição e o genocídio das minorias;

- a enviar para: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
Representação do Parlamento Europeu em Portugal

(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 04 de novembro de 2016

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

“MUNICÍPIO DE ODIVELAS, DISTINGUIDO COM O “PRÉMIO VIVER EM IGUALDADE” COMO EXEMPLO DE BOAS PRÁTICAS DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO”

Decorreu no passado dia 24 de Outubro em Lisboa, a cerimónia de entrega do “Prémio Viver em Igualdade”.

O Prémio Viver em Igualdade é uma iniciativa bienal, promovida pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), no âmbito do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação 2014-2017, visando nesta edição, distinguir e assinalar os melhores municípios para viver em igualdade em 2015-2016.

Sendo um dos mais jovens municípios do país, é com orgulho que os eleitos da Assembleia Municipal de Odivelas viram o Município de Odivelas ser distinguido com este prémio e figurar entre os seis municípios com maior capacidade de integração das dimensões da igualdade género, cidadania e não discriminação.

Este prémio representa pois, o reconhecimento do trabalho, do esforço e da dedicação do Município no sentido de promover o reconhecimento e a valorização de mulheres e homens em todos os domínios.

Promover e defender uma política assente nos valores da dignidade humana, onde impera o respeito pelo pluralismo, a não-discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre todos os cidadãos sem exceção são tarefas para a quais todos somos chamados.

A Assembleia Municipal de Odivelas reunida na 16.^a, sessão extraordinária congratula-se pela distinção de que foi alvo a Câmara Municipal de Odivelas pela Comissão para Cidadania e Igualdade de Género (CIG), felicitando todos os seus responsáveis.

(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)



Odivelas, 04 de novembro de 2016

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

"BOB DYLAN PRÉMIO NOBEL DA LITERATURA"

Bob Dylan foi anunciado como vencedor do Nobel da Literatura 2016 a 12 de outubro, em Estocolmo, tendo a secretária permanente da Academia Sueca, Sara Danius, considerado Dylan como *"um grande poeta na tradição poética inglesa"*.

O músico norte-americano enquadra-se essa tradição e há 54 anos que – enquanto cantor, poeta e compositor – se *"reinventa criando novas identidades"*, salientou a porta-voz da Academia Sueca. Sara Danius fez questão de sublinhar que também Homero e Safo, há mais de dois mil anos, escreveram poesia que devia ouvir-se.

Segundo Sara Danius disse que o álbum *Blonde on Blonde*, de 1966, *"é um exemplo extraordinário da sua forma brilhante de rimar e do seu pensamento pictórico"*.

O Nobel é a última das distinções atribuídas ao cantor que percorreu um longo caminho desde um início humilde como Robert Allen Zimmerman. Nascido a 24 de maio de 1941, em Duluth, no Minnesota, Dylan aprendeu sozinho a tocar harmónica, guitarra e piano.

Bob Dylan é autor, entre muitas outras, de canções como *Like a Rolling Stone*, *Blowin' in the Wind*, *Mr. Tambourine Man* ou *Subterranean Homesick*.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 3 de novembro de 2016, congratula Bob Dylan pelo prémio Nobel da Literatura e saúda a Academia sueca pelo arrojo e audácia da sua escolha.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 04 de novembro de 2016

(Aprovado por unanimidade)

MOÇÕES

MOÇÃO

"PELA REPOSIÇÃO DO SERVIÇO DA ELI DE ODIVELAS"

Considerando que:

1. Há mais de três décadas funcionava em Odivelas um projecto pioneiro de intervenção precoce na infância, trabalhando com crianças com deficiência, essencialmente;
2. Em maio deste ano, a Comissão de Coesão Social e Saúde da Assembleia Municipal de Odivelas reuniu com a Equipa Local de Intervenção (ELI) de Odivelas. Nessa reunião, as técnicas da ELI mostraram enorme preocupação com o futuro da intervenção precoce na infância no concelho;
3. A Equipa Local de Intervenção de Odivelas funcionava no âmbito do Serviço Nacional para a Intervenção Precoce na Infância (SNIPI). Serviço tripartido entre o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e Ministério da Segurança Social, sendo este último o que mais se empenhou no projecto, segundo as informações prestadas à comissão da AMO;
4. A intervenção precoce na infância em Odivelas estava sedeadada no Centro Infantil de Odivelas, funcionava com três técnicas superiores e cinco assistentes familiares e acompanhava cerca de 225 crianças, entre os zero e os seis anos;
5. Com o fim da gestão dos equipamentos da Segurança Social (Centro Infantil de Odivelas e Lar de Odivelas) existentes no concelho, por parte da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Instituto de Segurança Social entregou parte das valências desenvolvidas nesses equipamentos ao Centro Paroquial e Comunitário de Famões (IPSS);
6. Em visita da Comissão de Coesão Social e Saúde da AMO ao Centro Infantil de Odivelas, realizada a 20 de outubro, ficou claro que a intervenção precoce na infância em Odivelas foi desactivada, não sendo uma das respostas sociais prestadas pela instituição que gere os equipamentos da segurança social;
7. A ELI de Odivelas tinha profissionais muito experientes que desenvolviam um trabalho de elevada qualidade, reconhecida por vários interventores sociais e com resultados muito positivos, quer no trabalho desenvolvido no centro infantil quer no apoio domiciliário.



Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 3 de novembro de 2016, delibera:

1. Apelar aos ministérios responsáveis pelo SNIPI que tornem pública a avaliação da actividade da ELI de Odivelas e as razões que sustentam o fim deste serviço, deixando essas crianças em situação ainda mais vulnerável;
2. Exortar o Governo a diligenciar, urgentemente, no sentido de ser reposto o serviço da ELI de Odivelas, pelo menos nas condições em que funcionou até este verão, evitando que o excelente trabalho desenvolvido seja completamente perdido;
3. Exigir ao executivo municipal que pressione o Governo com o objectivo de que seja retomada, o mais rapidamente possível, essa resposta social;
4. Apelar ao Governo que avalie os projectos existentes na área da intervenção precoce na infância e, com os ajustes necessários, proceda ao seu alargamento a todo o território nacional, no mais curto espaço de tempo possível;

Enviar este documento ao Governo, a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, ao Instituto de Segurança Social, à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas da CDU, do BE, do PSD e do CDS/PP e com a abstenção da bancada do PS e da deputada Maria Fernanda Fitas em nome individual)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 04 de novembro de 2016

(Aprovado por maioria)

MOÇÃO

“PELO PROLONGAMENTO DA CARREIRA 206 ATÉ AO CENTRO DA CIDADE DE ODIVELAS”

Considerando que:

1. A carreira 206, da rede da madrugada da Carris, circula entre o Cais do Sodré e a estação de metro do Senhor Roubado, deixando as e os cidadãos longe da área urbana e de poucos transportes públicos que existem durante a noite;
2. A zona próxima à estação de metro do Senhor Roubado tem sido palco de diversos atos de violência,

em particular no período nocturno. O último episódio verificou-se na semana passada, tendo uma jovem de 23 anos sido vítima de violação;

3. O estado de abandono e degradação dos armazéns contíguos à estação de metro é um problema que há muito contribui para insegurança naquela área;
4. As questões legais relacionadas com a propriedade desses espaços não podem servir de alibi para a inacção dos poderes políticos;
5. A esmagadora maioria das carreiras de transportes colectivos de passageiros que servem o concelho foram deslocalizadas para a estação de metro de Odivelas e não circulam no período da madrugada;
6. Durante a noite é raro existir um táxi na praça existente na estação do Senhor Roubado;
7. Através do envolvimento das cidadãs e dos cidadãos e dos grupos organizados de utentes foi possível manter a circulação da carreira 736 até ao centro da cidade de Odivelas (Bairro Dr. Lima Pimentel), ao contrário do que chegou a ser anunciado pela administração da empresa.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 3 de novembro de 2016, delibera:

1. Apelar à Transportes de Lisboa que promova o prolongamento da carreira 206 da Carris até ao centro da cidade de Odivelas, à semelhança do que acontece com a carreira 736;

Enviar este documento ao Governo, à Assembleia Metropolitana de Lisboa, à Câmara Municipal de Lisboa, à Assembleia Municipal de Lisboa, à administração da empresa Transportes de Lisboa e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 04 de novembro de 2016

(Aprovado por unanimidade)



MOÇÃO

“SAUDAÇÃO ÀS E AOS TRABALHADORES DA VALORSUL”

Considerando que:

1. A 25 e 26 de outubro realizou-se uma greve das e dos trabalhadores da Valorsul, que serve o concelho de Odivelas, entre muitos outros;

2. A empresa pertence ao universo da Empresa Geral de Fomento (EGF) que entrou em processo de privatização no mandato da anterior maioria governamental PSD-CDS;

3. A entrega a privados deste tipo de empresas é um erro económico, um risco ambiental grave e uma desprotecção dos seus recursos humanos;

4. A par do cumprimento do direito à negociação colectiva e do aumento dos salários, que não se verifica desde 2009, existe um vasto conjunto de reivindicações específicas relacionadas com a actividade na empresa;

5. Entre segunda feira à noite e quarta feira de manhã haverá greve dos trabalhadores da Valorsul "para exigir o aumento dos salários e o cumprimento do direito à negociação coletiva". Por essa razão, a Câmara Municipal de Lisboa já reconheceu que não haverá recolha e solicitou aos municípios que não coloquem os resíduos no lixo nessas datas.

6. Exemplos desses problemas foram "*a imposição do cartão de refeição, regulamento de avaliação de desempenho, alteração ao seguro de vida, entrega da portaria do CTE (Centro de Triagem e Ecocentro do Lumiar) a empresas externas, extinção de uma direcção, alterações dos transportes (no CTE e também na ETVO, Estação de Tratamento e Valorização Orgânica, na Serra da Mira, Amadora)*", afirmaram os representantes dos e das trabalhadoras;

7. Essas medidas têm sido apresentadas pela administração "*como medidas de gestão. A comissão sindical e os trabalhadores tudo têm feito para ultrapassar esta situação, apresentando várias soluções alternativas, mas a empresa não alterou a sua posição intransigente*", lê-se no comunicado;

8. A adesão à greve foi muito significativa, tendo mesmo chegado a atingir os 100% em alguns turnos, salvaguardados os serviços mínimos.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 3 de novembro de 2016, delibera:

1. Saudar as trabalhadoras e os trabalhadores da Valorsul pela luta pelos seus direitos laborais e em defesa de um serviço público de qualidade, económica e ambientalmente sustentável;

2. Apelar à administração da Valorsul que proceda à actualização salarial e, em conjunto com as e os trabalhadores, promova mecanismo de negociação colectiva efectivos, que permitam satisfazer os direitos e reivindicações das e dos trabalhadores, melhorando as condições de trabalho e o funcionamento da empresa;

3. Exortar o Governo a reverter todo o processo de privatização do grupo EGF, de modo a assegurar um serviço público de qualidade e que respeite os direitos das e dos seus trabalhadores.

Enviar este documento a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, ao Governo, à Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Eléctricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas, à Comissão de Trabalhadores da Valorsul, à administração da Valorsul e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do CDU e do BE, com a abstenção da bancada do PS, do PSD e do CDS/PP)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 04 de novembro de 2016

(Aprovado por maioria)

VOTO DE REPÚDIO

“CELEBRAÇÃO DO CETA ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E O CANADA”

Pela bancada do BE, foi apresentada uma Voto de Repúdio, “*Celebração do CETA entre a União Europeia e o Canada*”, (documento nº 11), que será transcrito em ata. Colocado à votação o documento n.º 11, (Voto de Repúdio) foi Rejeitado por Maioria com os votos contra das bancadas do PS e do PSD e com os votos a favor das bancadas da CDU e do BE e com a abstenção da bancada do CDS/PP.

(Rejeitado por maioria)



RECOMENDAÇÃO

RECOMENDAÇÃO

“POLUIÇÃO DE LINHA DE ÁGUA, A PARTIR DA QUINTA DA FONTE SANTA, EM CANEÇAS”

No passado dia 27 de Outubro, durante uma visita à Comunidade EMAÚS, os membros da Comissão Municipal de Coesão Social e Saúde foram alertados para a poluição de uma linha de água que atravessa a Quinta das Lages, no Lugar de Além, e parte do território da própria freguesia de Caneças.

O odor que se fazia sentir confirma o que nos foi comunicado: Que a poluição era proveniente do Centro Equestre da Fonte Santa, propriedade do Banco de Portugal.

Este é porventura o maior problema da Comunidade EMAÚS, do ponto de vista ambiental, num momento em que mantém duas parcerias – uma delas com os SIMAR –, com o estrito objectivo de garantirem a reciclagem de resíduos sobrantes das suas próprias reconversões e reciclagens dos lixos e mobiliários que recolhem ou lhes são doados.

Os deputados municipais membros da Comissão de Coesão Social e Saúde ficaram ainda a saber:

- Que o odor próprio das cavalariças apenas se suaviza quando chove mais abundantemente;
- Que a Comunidade Emaús já reparou e mantém o tabique da linha de água;
- Que nos dois hectares da quinta se produzem hortícolas para sustento dos membros da comunidade, bem como um elevado número de espécies autóctones.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na sua 16ª sessão extraordinária de 2016, em 3 de Novembro, recomenda à Câmara Municipal de Odivelas que intervenha junto dos responsáveis pela Quinta da Fonte Santa, do Banco de Portugal, no sentido de avaliar os motivos da poluição provocada pela actividade do Centro Equestre ali localizado, presentemente gerido pela Coudelaria Bessa de Carvalho, bem como promover uma solução a curto prazo.



(Documento apresentado pela bancada do CDS/PP – Aprovado por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 04 de novembro de 2016

(Aprovado por unanimidade)

CONDECORAÇÕES MUNICIPAIS

MEDALHA DE HONRA DO MUNICÍPIO

“Proposta de atribuição de condecorações municipais – 2016 – medalha de honra do município”, nos termos da Proposta N.º 16/PRES/2016 de 2016.10.13, aprovada na 20ª Reunião Ordinária de 2016 da Câmara Municipal, de Odivelas, realizada no dia 19 de outubro, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 21 de 2016, página 11*), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara, a esta Assembleia Municipal.

Eduarda Frederica Correia de Barros, a título póstumo.

(Aprovado por maioria, através de escrutínio secreto, com trinta e dois votos favor, dois votos contra e um voto em branco.)

Manuel Porfírio Vargues.

(Aprovado por maioria, através de escrutínio secreto, com vinte e nove votos a favor, cinco votos contra e um voto em branco)

João Mário Naval da Costa Eduardo.

(Aprovado por maioria, através de escrutínio secreto, com vinte e nove a favor, dois votos contra e quatro votos em branco.)



Jorge Manuel Caetano do Rosário.

(Aprovado por maioria, através de escrutínio secreto, com vinte e nove Votos a Favor, dois votos contra e quatro votos em branco.)

REABILITAÇÃO URBANA

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE AÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA REFERENTE AO ANO DE 2015

Relatório de acompanhamento e avaliação da operação de reabilitação urbana da ARU (Área de Reabilitação Urbana) da Vertente Sul do Concelho de Odivelas, referente ao ano de 2015, que tem como entidade gestora o Município de Odivelas que, por determinação do RJRU (Regime Jurídico da Reabilitação Urbana), instituído pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto, deve elaborar anualmente o referido relatório, em anexo à informação n.º edoc/2016/26614, de 2016.05.16 e de acordo com a mesma, constante da folha 83 do Processo n.º 02/DGOU/DRRU/SRUAC/2016. Relatório aprovado na 11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 1 de junho de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 11 de 2016, página 9*), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

“ÂMBITO

A Área de Reabilitação Urbana da Vertente Sul (ARU-VS), aprovada por Instrumento Próprio e o respetivo Programa Estratégico do Reabilitação Urbana, entrou em vigor em 23 de Dezembro de 2011, com a publicação em Diário da República, 2.ª série - N.º 244, em 22 de Dezembro de 2011 do Edital n.º 1261/2011 que publicitou a sua aprovação na 2.ª Reunião da 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Odivelas em 28 de Novembro.

Nestes termos, o Município de Odivelas foi designado como Entidade Gestora da Ação de Reabilitação Urbana, nos termos do Art.º 10.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), instituído pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, a câmara municipal.

Por determinação do RJRU, no n.º 1 do seu Artigo 20.º-A, a entidade gestora elabora anualmente um relatório de monitorização de ação de reabilitação urbana em curso, o qual deverá ser submetido à apreciação da Assembleia Municipal.

Nesses termos, o presente documento constitui-se como Relatório da ação de reabilitação urbana da Vertente Sul

do Município e Odivelas, referente às ações desenvolvidas no ano de 2015 e incorporando as ações dos anos anteriores.

Até 31 de dezembro de 2015 conseguiu-se apurar também o volume de investimento total na ARU da Vertente Sul, na ordem dos 3.541.969,46 euros, considerando o investimento da Câmara Municipal de Odivelas, o investimento dos Particulares e Parceiros e o financiamento executado de fundos europeus no âmbito do QREN - Programa Operacional Regional de Lisboa - PORLisboa - Parcerias para a Regeneração Urbana da vertente Sul. (cfm. Anexo I - síntese de investimento na ARU da Vertente Sul até 2015

MONITORIZAÇÃO DA AÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA

Apresenta-se aqui a monitorização da Área de Reabilitação Urbana da Vertente de Sul do Concelho de Odivelas, através da análise das ações programadas e concretizadas, adotando a sua divisão pelos grupos de ações estabelecidos no respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), sintetizando quando aplicável os seguintes aspetos de cada ação desenvolvida:

- Descrição sumária e objetivos alcançados;
- Ponto de situação;
- Indicadores gerais de realização.

No ano de 2015, procedeu-se à conclusão de determinadas operações do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, sendo também que se concluiu a operação com tradução física e territorial decorrente da operação “Parque Infantil do Bairro Serra da Luz e Valorização dos Espaços Públicos da Área Envolvente”, nomeadamente:

- A requalificação dos espaços de uso público existentes, de forma a promover o estabelecimento de um conjunto urbano mais harmonioso, promovendo a pedonalização, a constituição de espaços de fruição e estada, ordenamento e formalização de estacionamento automóvel em locais estratégicos no tecido urbano, qualificar e formalizar ilhas de RSU e ecopontos e formalizar paragem BUS, designadamente na Rua Padre Américo Monteiro de Aguiar, no Bairro da Serra da Luz.

Prevê-se ainda para o ano de 2016 a realização de uma operação de intervenção no espaço público:

- A requalificação, valorização e criação de novas centralidades urbanas através da regeneração de espaços expetantes, mediante a criação de um parque urbano de caráter informal e eixo de percursos pedonais e cicláveis na vertente Sul, designadamente no Bairro da Encosta da Luz; (...)” (*Relatório de Acompanhamento e Avaliação da Ação de Reabilitação Urbana Referente ao ano de 2015*)

(Aprovado por maioria)



ESQUEMA DIRETOR E REDELIMITAÇÃO DA UOPG-10

PROCESSO N.º 113/DPUPE/SPDM ESQUEMA DIRETOR E REDELIMITAÇÃO DA UOPG-10 VILA DE CANEÇAS

Retirada da ordem de trabalhos da presente sessão da Assembleia Municipal de Odivelas, do ponto três referente à “Proposta de Esquema Diretor e Redelimitação da UOPG-10-Vila de Caneças”.

(Aprovado por unanimidade)

AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

AUDITORIA EXTERNA NA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Adjudicação, à PKF & ASSOCIADOS, SROC, S.A., da prestação de serviços de auditoria externa na Câmara Municipal de Odivelas, pelo valor global de €38.160,00 (trinta e oito mil, cento e sessenta euros), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/7157, de 2016.07.12. Aprovado na 15.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 27 de julho de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 15 de 2016, página 7*), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

(Aprovado por maioria)

PROGRAMA CLUBE DO MOVIMENTO

AUMENTO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÉPOCA 2016/2017

Aumento do valor pago pela Câmara Municipal de Odivelas, às entidades que cedem instalações, para a realização das atividades regulares desenvolvidas no âmbito do Programa *Clube do Movimento – Desporto Sénior*, para €4.50 (quatro euros e cinquenta cêntimos), para a época 2016/2017, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/7783, de 2016.07.29, e nos termos do quadro constante na referida informação. Aprovada na 16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 24 de agosto de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 17 de 2016, página 23*),

remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

“(…) Quadro de custos para a época 2016/2017 com o aumento de mais uma aula de dança na Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da Póvoa de Santo Adrião

Entidade	Horas de utilização semanais	Cálculo	Valor hora – 4,50€ (proposta)		
			Valor mensal por entidade	Valor época (10 meses) por entidade	Valor total por época
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças	4,5	Horas de utilização semanais x 4,50€ x 4 semanas	81,00€	810,00€	5.535,00€
Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da Póvoa de Santo Adrião	15		270,00€	2.700,00€	
Grupo Desportivo Bons Dias	8,25		148,50€	1.485,00€	
Associação Melhoramentos Vale Pequeno	2,25		40,50€	405,00€	
Obra Imaculada Conceição e Santo António	0,75		13,50€	135,00€	

(...)”Tabela constante na informação n.º Interno/2016/7783, de 2016.07.29.

(Aprovado por unanimidade)

ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE ESTUDOS E GESTÃO DE ÁGUA

Através do ofício n.º 120/16, de 4 de agosto de 2016, veio a AMEGA submeter à apreciação e aprovação do Município de Odivelas a proposta de alteração dos Estatutos da referida associação, conforme aprovado pelo Conselho Diretivo, na 1.ª reunião extraordinária realizada no passado dia 16 de junho. As alterações propostas visam sobretudo alcançar dois objetivos importantes: Harmonizar os Estatutos à nova realidade decorrente do novo modelo organizacional do grupo Águas de Portugal e da criação da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., constituída pelo Decreto-Lei 94/2015, de 29 de maio, a qual passou a servir o universo de 86 municípios e a abranger uma população de 3,8 milhões de habitantes, numa área territorial correspondente a 33% do território continental nacional; Permitir que qualquer município do território nacional “que desenvolvam a sua atividade de distribuição domiciliária de água e saneamento na área de influência, direta ou indireta, do Grupo Águas de Portugal” (Art.º 5º da proposta de Estatutos) possa



integrar a AMEGA, alargando, assim, o âmbito da Associação ao universo dos municípios portugueses.

Proposta de alteração aos Estatutos da Associação de Municípios de Estudos e Gestão de Água (AMEGA), de acordo com o constante na Informação Interno/2016/8330, de 2016.08.12, aprovada na 17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 7 de setembro de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 18 de 2016, página 7*), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

(Aprovado por unanimidade)

ATA N.º 5 de 2016, referente à 4.ª sessão Extraordinária de 2016 da Assembleia Municipal de Odivelas, realizada no dia 28 de março.

(Aprovada por Unanimidade, pelos membros presentes na referida Sessão)

ATA N.º 6 de 2016, referente à 5.ª sessão Extraordinária de 2016 da Assembleia Municipal de Odivelas, realizada no dia 7 de abril.

(Aprovada por Unanimidade, pelos membros presentes na referida Sessão)

ATAS

ATAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Presente para deliberação as seguintes atas da Assembleia Municipal de Odivelas:

ATA N.º 1 de 2016, referente à 1.ª sessão Extraordinária de 2016 da Assembleia Municipal de Odivelas, realizada no dia 21 de janeiro.

(Aprovada por unanimidade, pelos membros presentes na referida Sessão)

ATA N.º 2 de 2016, referente à 2.ª sessão Extraordinária de 2016 da Assembleia Municipal de Odivelas, realizada no dia 11 de fevereiro.

(Aprovada por unanimidade, pelos membros presentes na referida Sessão)

ATA N.º 3 de 2016, referente à 1.ª sessão Ordinária de 2016 da Assembleia Municipal de Odivelas, realizada no dia 25 de fevereiro.

(Aprovada por Unanimidade, pelos membros presentes na referida Sessão)

A ATA N.º 4 de 2016, referente à 3.ª sessão Extraordinária de 2016 da Assembleia Municipal de Odivelas, realizada no dia 17 de março.

(Aprovada por Unanimidade, pelos membros presentes na referida Sessão)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

17.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 10 de novembro de 2016

DELIBERAÇÕES

IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS RESPEITANTES AO ANO DE 2016 A LIQUIDAR EM 2017

Proposta de fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis, respeitantes ao ano de 2016 a liquidar em 2017, de acordo com o proposto na informação n.º 2016/10302, de 2016.10.18, aprovada na 2.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 26 de outubro de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 21 de 2016, página 16*), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, nos seguintes termos:

1. A fixação de uma taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,37% para os prédios urbanos, conforme alínea c), do n.º 1 e nos termos do n.º 5 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), com todas as alterações legislativas introduzidas;
2. Nos termos e para os efeitos do n.º 8, do art.º 112.º do diploma citado no número anterior, a majoração de 30% da taxa de IMI aplicável a prédios ou parte de prédios urbanos degradados;
3. A elevação para o triplo da taxa de IMI aplicável para os prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e/ou para os prédios em ruínas nos termos do n.º 3, do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;
4. A redução da taxa de IMI, no caso de imóvel destinado a habitação própria e permanente, coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, em função do número de dependentes que, nos termos do artigo 13.º do código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário, em:
 - a) 40 € para dois dependentes a cargo;
 - b) 70 € para três ou mais dependentes a cargo.

(Aprovado por maioria)

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS

FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS NO IRS EM 2016 A LIQUIDAR EM 2017

Participação do Município de Odivelas no IRS, em 2016 a liquidar em 2017, fixada em 5%, de acordo com o proposto na informação n.º 2016/10300, de 2016.10.18, aprovada na 2.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 26 de outubro de 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 21 de 2016, página 17*), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

(Aprovado por maioria)

DIREITOS DE PASSAGEM

TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM - 2017

Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2017 em 0,25% de acordo com o proposto na informação n.º 2016/10301, de 2016.10.18, aprovada na 2.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 26 de outubro de 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 21 de 2016, página 17*), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

(Aprovado por maioria)

TAXA DA DERRAMA

LANÇAMENTO DA DERRAMA EM 2016 A APLICAR EM 2017

Lançamento, em 2017, de uma Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), e Isenção da Derrama em 2017 para as empresas, que tenham instalado ou instalem a sua sede social no concelho de Odivelas, que tenham criado ou criem, e mantenham, no período da isenção, postos de trabalho, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/10299, de 2016.10.18, aprovada na 2.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 26 de outubro de 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 21 de 2016, página 17*), remetida pelo Senhor Presidente da



Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

(Aprovado por maioria)

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS A 30 DE JUNHO DE 2016 - SIMAR RELATÓRIO DE GESTÃO E BALANÇO DE CONTAS 2016 PROCESSO 21/DM/

Presente para deliberação, o “Processo 21/DM/2016 – SIMAR - Prestação de Contas a 30/06/2016, Relatório de Gestão e Balanço de Contas e Relatório de Auditoria do Primeiro Semestre de 2016”, de acordo com o constante na informação dos serviços da Câmara com o n.º Interno/2016/10361, de 2016.10.20, aprovada na 2.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 26 de outubro de 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 21 de 2016, página 18*), remetido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, para aprovar a Prestação de Contas a 30-06-2016 – Relatório de Gestão e Balanço de Contas (Proposta 365/2016) dos SIMAR Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos, Loures e Odivelas, conforme consta da proposta n.º 365/2016, enviada através do ofício n.º S/21852/2016 de 2016.10.12, do conselho de Administração dos SIMAR.

(Aprovado por unanimidade)

TARIFÁRIO DOS SIMAR LOURES E ODIVELAS PARA VIGORAR EM 2017 - PROCESSO 23/DM/2016

Presente para deliberação, o “Processo 23/DM/2016 – SIMAR - Tarifário dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos e de Serviços Prestados, para vigorar em 2017”, de acordo com o constante na informação dos serviços da Câmara com o n.º Interno/2016/10339, de 2016.10.20, aprovada na 2.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 26 de outubro de 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 21 de 2016, página 19*), remetido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, para aprovar o Tarifário dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos e de Serviços Prestados para vigorar em 2017, conforme consta da proposta n.º 370/2016, enviada através do ofício n.º S/21852/2016 de 2016.10.12, do conselho de Administração dos SIMAR Loures e Odivelas.

(Aprovado por maioria)

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS PARA O CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE LOURES PROCESSO 25/DM/2016

Presente para deliberação, o “Processo 25/DM/2016 – SIMAR - Transferências Financeiras para o Centro de Cultura e Desporto do Município de Loures”, de acordo com o proposto na informação dos serviços da Câmara com o n.º Interno/2016/10336, de 2016.10.19, aprovada na 2.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 26 de outubro de 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 21 de 2016, página 19*), remetido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, propondo a transferência até ao valor de € 137.156,36 (cento e trinta e sete mil e cento e cinquenta e seis euros e trinta e seis cêntimos), para o Centro de Cultura e Desporto do Município de Loures, no âmbito do limite de 3,5% do somatório anual das remunerações dos trabalhadores dos SIMAR Loures e Odivelas, que são associados do Centro de Cultura e Desporto do Município de Loures, referente ao ano de 2017, conforme consta da proposta n.º 372/2016, enviada através do ofício S/21852 de 2016.10.12, do conselho de Administração dos SIMAR Loures e Odivelas.

(Aprovado por unanimidade)

ESQUEMA DIRETOR E REDELIMITAÇÃO DA UOPG-10

PROCESSO N.º 113/DPUPE/SPDM ESQUEMA DIRETOR E REDELIMITAÇÃO DA UOPG-10 VILA DE CANEÇAS

Esquema Diretor e Redelimitação da UOPG-10-Vila de Caneças, de acordo com o proposto na informação n.º 010/DPUPE/FL/2016, de 2016.07.28, constante do Processo n.º 113/DPUPE/SPDM, aprovado na 16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 24 de agosto de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 17 de 2016, página 28*), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

“1. Introdução

O presente estudo enquadra e define a oportunidade de elaboração de uma Unidade de Execução (UE) do Núcleo Antigo de Caneças, de acordo e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo n.º 147 do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14/maio, com a atual redação, o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). A UE proposta integra a área da UOPG 10 - Vila de Caneças, estabelecida no Plano Diretor Municipal de



Odivelas, aprovado na Assembleia Municipal de Odivelas, na sessão de 29/junho/2015 e publicado em Diário da República N.º 171, 2.ª Série, de 02/setembro/2015, relativamente à qual são aqui definidos os respetivos termos de referência.

Esta delimitação consigna, assim, um conjunto de projetos e ações que determinarão a valorização da identidade histórica do Concelho, através da salvaguarda, promoção, valorização e reabilitação de um dos mais emblemáticos Núcleos Antigos municipais, dotando tanto a Vila de Caneças como o Município de mais uma área de carácter estratégico e estruturante para o desenvolvimento e valorização turística de Odivelas.

2. Localização e características da Área de Intervenção

A Área de Intervenção da Unidade de Execução do Núcleo Antigo de Caneças corresponde à delimitação SubUOPG 08 definida na Planta de Gestão da UOPG 10 - Vila de Caneças, conforme estudo antecedente desenvolvido e respetivo esquema diretor.

A Unidade de Execução do Núcleo Antigo de Caneças abrange uma área de aproximadamente 6,80ha (67905,66m²), localizada na zona central da Vila de Caneças, pertencente à União das Freguesias de Ramada e Caneças, com as seguintes confrontações:

- A NASCENTE: Rua da República e Ruas das Ribeiras,
- A SUL: Rua Coronel João Braz de Oliveira, Rua das Pedras Alta, Rua Bairro Novo, Rua Bombeiros Voluntários, Rua Padre Abel e Rua da Enfermagem Portuguesa;
- A POENTE: Rua General Sousa Reis, Rua Major Rosa Bastos, Rua da Olivença,
- Rua das Pedras Altas e Praceta Elvira dos Santos Paisana;
- A NORTE: Rua das Fontainhas, Rua Fonte dos Castanheiros e Travessa da República.

3. Antecedentes

Subjacente à UE está, como objetivo geral de desenvolvimento, a valorização do património cultural local, considerando os vários conceitos patentes e a forma da intervenção veiculada através do PDM (tanto através das dos seus Regimes Especiais Complementares / Capítulo VI, Património Cultural / Secção I nos seus artigos 43º a 46º, e nas áreas de Uso especial Complementares, consagradas mais propriamente no seu art.º 47º / Zona de Especial Interesse Turístico, bem como os restantes elementos constituintes do plano), assim como o reforço do seu papel identitário e aglutinador e ainda uma forte articulação com a estrutura ecológica municipal.

A presente UE integra o vetor de desenvolvimento Turístico-Ecológico presente na Zona B do Esquema Diretor que inclui os seguintes objetivos:

- Turismo em ambiente criativo e contexto de inovação explorando a identidade local (aproveitando a mais valia natural e patrimonial);
- Desenvolver a Marca da Vila de Caneças como o ex-libris da água e do cinema;
- Implementação de uma rede de restauração diversificada, com vista à criação de uma marca própria ligada à temática da Vila em articulação com empresas de formação e empregabilidade no ramo hoteleiro;
- Criação de mais-valia ao nível do terciário, procurando a implementação lojas e ou serviços que angariem na modernidade uma forte premissa com os valores patrimoniais e sobretudo sejam motivadoras de grande atratividade;
- Implementação da Rota da Água em articulação com um sistema de vias pedonais e ciclovias;
- Implementar mobilidade sustentável no Núcleo Antigo;
- Adaptação da rede viária local à de Hierarquia Superior;
- Criação de bolsas de estacionamento envolvente ao Núcleo Antigo;
- Colmatação de malha urbana em harmonia com o Núcleo Antigo e com as restantes áreas patrimoniais em presença;
- Criação de transporte turístico no interior da vila;
- Implementação de medidas valorizadoras do meio ambiente constantes do Plano de Ação do MER;
- Termos de referência dos IGT a implementar;
- Desenvolvimento do Plano de Pormenor do Núcleo Antigo.

Em síntese, a área objeto da Unidade de Execução será desenvolvida tomando como base as opções estratégicas da intervenção, as potencialidades de reconversão urbanística e os objetivos programáticos expressos nestes Termos de Referência.

4. Objetivos da Unidade de Execução

A prossecução desta UE encontra uma oportunidade de elaboração nos seguintes fundamentos:

- Valorização de uma referência identitária da Vila e do Município;



- Enquadramento paisagístico de eleição e valorização dos sistemas de vistas existentes;
- Tornar os conjuntos urbanos perceptíveis e atrativos pela sua originalidade;
- Apostar em espaços rústicos abertos e de maior escala, caso da área florestal de Caneças como valores paisagísticos de interesse concelhio, desenvolvendo ponderadamente as suas potencialidades para uso público de recreio e lazer em espaço livre;
- Desenvolvimento de parcerias nos domínios culturais e do lazer;
- Salvaguarda e Valorização do principal património cultural construído, com interesse Nacional, Municipal e Inventariado a Salvar;
- Reabilitação urbana da área consolidada, carenciada de requalificação do tecido edificado;
- Modernizar e Revitalizar as atividades económicas instaladas através, e a indução de novas atividades criativas em articulação com uma atitude de estratégia supramunicipal;
- Apostar na revitalização da gastronomia apoiada no desenvolvimento da restauração e na recolha dos seus valores tradicionais poderá determinar uma profunda extrapolação intermunicipal;
- Apostar na formação e participação dos atores locais (comerciantes, associações, artesão, população em geral.
- Requalificação do espaço público com potencialidade de excelência, valorização da imagem urbana e das condições de mobilidade.
- Apostar num desenho urbano de qualidade (enquadramentos, escalas, pavimentos, etc.), no tipo de arborização e mobiliário urbano, no comércio e nos serviços;
- Apostar na mobilidade sustentável;
- Implementação do percurso pedestre cultural da Rota da Água;
- Motivar formas de relacionamento do Núcleo com as áreas envolventes,
- Franca melhoria na qualidade ambiental e acústica.

A decisão de delimitação desta UE assenta no reconhecimento do valor histórico e patrimonial dos conjuntos urbanos em presença, sendo essencial que esta responda às suas solicitações típicas, no sentido da preservação da escala urbana, da valorização dos seus

imóveis notáveis e conjuntos edificados, da reabilitação dos imóveis, constituindo-se assim um espaço de memória, identidade, valores sociais e culturais que importa preservar e dar a conhecer. (...)” (*Unidade de Execução - Termos Referência – NÚCLEO ANTIGO CANEÇAS – Maio 2016, página 3 a 6*)

(Aprovado por maioria)



ANEXO

REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS



REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS



Regimento da Câmara Municipal de Odivelas

Artigo 1.º

Reuniões

1. As reuniões da Câmara Municipal podem ser ordinárias ou extraordinárias.
2. As reuniões ordinárias terão periodicidade quinzenal, realizando-se às quartas-feiras, passando para o primeiro dia útil imediato quando coincidam com feriado.
3. As reuniões ordinárias terão início às 09:30 horas e final às 13:00 horas, podendo a Câmara Municipal deliberar o seu prolongamento pelo período que entender.
4. As reuniões realizar-se-ão no local indicado na ordem do dia.
5. Sem prejuízo do disposto no número anterior:
 - a) O local das reuniões de Câmara será os Paços do Concelho;
 - b) Pode a Câmara deliberar a realização de reuniões de Câmara descentralizadas em cada freguesia, de forma interpolada.
6. As reuniões ordinárias são públicas.
7. São igualmente públicas as reuniões, independentemente de serem ordinárias ou extraordinárias, em que se incluam na Ordem de Trabalhos a aprovação dos Documentos Previsionais, assim como a aprovação dos Documentos de Prestação de Contas.
8. Sem prejuízo do disposto no número anterior, pode a Câmara Municipal deliberar a realização de outras reuniões públicas.
9. A deliberação referida no número anterior será publicada em edital afixado nos lugares de estilo durante os cinco dias anteriores à reunião.

Artigo 2.º

Períodos das reuniões

1. Em cada reunião ordinária há um período de «Antes da Ordem do Dia», um período da «Ordem do Dia» e um período de «intervenção do público».
2. Nas reuniões extraordinárias há apenas lugar ao período da «Ordem do Dia».



Artigo 3º
Direção dos trabalhos

1. A direção dos trabalhos é da competência do Presidente da Câmara Municipal ou do seu substituto legal.
2. Das decisões sobre a direção dos trabalhos cabe recurso para o plenário, a apreciar imediatamente após a sua interposição.

Artigo 4º
Ordem do dia

1. Para efeitos de inclusão na Ordem do Dia, devem os Vereadores indicar, por escrito, ao Presidente da Câmara Municipal os assuntos sobre os quais pretendem que a Câmara Municipal delibere, assim como enviar, em suporte informático, os documentos que instruem os assuntos, com a seguinte antecedência mínima:
 - a) Cinco dias úteis sobre a data da reunião ordinária;
 - b) Oito dias sobre a data da reunião extraordinária.
2. A Ordem do Dia deverá ser enviada, por correio eletrónico, a todos os Vereadores com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data da reunião.
3. Os documentos que habilitem os membros do Executivo Municipal a participar na discussão das matérias constantes na Ordem do Dia, bem como outros elementos de interesse, estarão disponíveis no Serviço de Apoio aos Órgãos Municipais com a antecedência indicada no número anterior.
4. A referida documentação será disponibilizada com a mesma antecedência a todos os membros do Executivo Municipal no portal eletrónico das Reuniões de Câmara.

Artigo 5º
Quórum

1. A Câmara Municipal só pode reunir e deliberar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.



2. As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, tendo o presidente voto de qualidade em caso de empate, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.
3. Se, uma hora após o previsto para o início da reunião, se verificar a inexistência de quórum, deve, desde logo, proceder-se ao registo das presenças, à marcação de faltas e à elaboração da ata.
4. No caso previsto no número anterior, a nova reunião, com a mesma natureza da anterior, realizar-se-á em data e hora a designar pelo Presidente da Câmara Municipal e será convocada, com as necessárias adaptações, nos termos descritos no artigo 3.º.

Artigo 6.º

Faltas

1. As faltas dadas numa reunião deverão ser justificadas antes ou na reunião seguinte àquela em que se verificarem.
2. As faltas que não resultem de impossibilidade derivada de prestação de serviço municipal implicam a perda da respetiva senha de presença.

Artigo 7.º

Período de antes da ordem do dia

1. O período de Antes da Ordem do Dia terá a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.
2. No início do Período de Antes da Ordem do Dia, o Presidente da Câmara Municipal aceitará inscrições para intervenção em termos de poder repartir equitativamente o tempo por todos os interessados.

Artigo 8.º

Período da ordem do dia

1. O período da Ordem do Dia inclui um período de apreciação e votação das propostas nela constantes e das que forem apresentadas nos termos dos n.º 2 e 3 do presente artigo.
2. Antes do início do período da Ordem do Dia, o Presidente da Câmara Municipal dará conhecimento das propostas de deliberações urgentes que tenham sido apresentadas por escrito, para inclusão.



3. Até à votação de cada Proposta, podem ser apresentadas, sobre o mesmo assunto, propostas devidamente fundamentadas de facto e de direito, que serão simultaneamente discutidas e votadas.
4. Havendo alguma Proposta que careça de deliberação urgente, pode o Presidente, por sua iniciativa ou a solicitação de qualquer Vereador, suspender os trabalhos temporariamente.
5. Reiniciada a reunião, proceder-se-á, de imediato, à votação da Proposta.
6. Se o entender necessário, o Presidente da Câmara Municipal poderá estipular um tempo máximo para a discussão de cada ponto da Ordem de Trabalhos, repartindo-o equitativamente por todos os Vereadores interessados em intervir sobre a matéria.

Artigo 9º

Período de intervenção do público

1. O período de intervenção do público iniciar-se-á quando estiver esgotado o Período de Antes da Ordem do Dia e terá a duração máxima de 30 minutos.
2. A Câmara Municipal poderá deliberar o prolongamento do período de intervenção do público, pelo período que entender.
3. Os munícipes interessados em intervir, para solicitar esclarecimentos, deverão inscrever-se antes do início da reunião, indicando nome, morada e assunto a tratar.
4. O tempo referido no n.º 1 do presente artigo será distribuído pelos munícipes inscritos, não podendo, cada um, exceder 5 minutos na sua intervenção.
5. Após cada intervenção ou no final do período de intervenção do público, o Presidente da Câmara Municipal responderá aos esclarecimentos solicitados ou indicará o Vereador ou o Dirigente Municipal a quem caiba responder.
6. Quando o entender útil, o Presidente da Câmara poderá fazer inscrever o período de intervenção do público logo no início da reunião, publicitando devidamente a alteração.



Artigo 10º

Exercício do direito de defesa

1. Sempre que um membro da Câmara Municipal considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, pode usar da palavra em sua defesa.
2. O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações, querendo.

Artigo 11º

Protestos

1. A cada Vereador, sobre a mesma matéria da Ordem do Dia, só é permitido um protesto.
2. A apresentação do protesto não pode ser superior a 2 minutos.
3. Não é permitido apresentar protestos sobre pedidos de esclarecimentos e sobre as respetivas respostas.
4. Não são admitidos contraprotestos.

Artigo 12º

Votação

1. A votação dos assuntos constantes da Ordem do Dia é feita por voto nominal.
2. O Presidente vota em último lugar.
3. Em caso de empate na votação, o Presidente tem voto de qualidade, exceto se a votação se tiver efetuado por escrutínio secreto.
4. Sempre que estejam em causa juízos de valor sobre comportamentos ou qualidades de qualquer pessoa, as deliberações são tomadas por escrutínio secreto.
5. Havendo empate na votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação e, caso o empate se mantenha, adia-se a deliberação para a reunião seguinte.
6. No caso previsto na parte final do número anterior, se se mantiver o empate na primeira votação dessa reunião proceder-se-á a votação nominal.



7. Quando exigida, a fundamentação das deliberações tomadas por escrutínio secreto é feita pelo Presidente após a votação, tendo em conta a discussão que a tiver precedido.

Artigo 13º

Declaração de voto

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 15º, finda a votação de qualquer matéria incluída na Ordem do Dia e anunciado o seu resultado, poderá qualquer membro da Câmara Municipal apresentar a sua declaração de voto e as razões que o justifiquem.

2. Quando se trate de pareceres a dar a outras entidades, as deliberações serão sempre acompanhadas das declarações de voto apresentadas.

Artigo 14º

Publicidade das deliberações

A publicidade das deliberações será feita nos termos e para os efeitos do artigo 56.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob o seu Anexo I.

Artigo 15º

Atas

1. Para efeitos de elaboração das atas, todas as intervenções dos membros da Câmara Municipal de Odivelas, designadamente, declarações políticas, declarações de voto, registos de votos vencidos e as respetivas fundamentações que devam ser feitas constar, devem ser apresentadas por escrito e em suporte informático não editável, no prazo de 10 dias úteis após o envio do suporte áudio pela SAOM.

2. Das reuniões é guardado suporte áudio digital, cuja cópia poderá ser requerida por qualquer Vereador ao Presidente da Câmara, no caso de pretender a audição/acesso integral ou parcial da reunião.

Artigo 16º

Entrada em vigor

O presente Regimento entra em vigor no dia seguinte à aprovação da ata da reunião a que respeita ou, sendo o caso, da aprovação da respetiva minuta e ao mesmo será dada publicidade através da publicação no Boletim Municipal.